



▶ Relatório Anual de Atividades

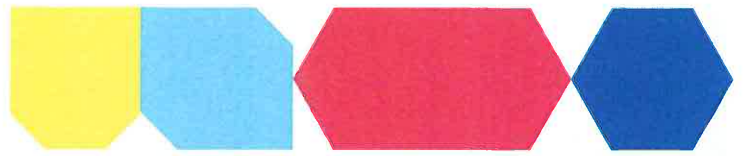
2025

Aprovado em Assembleia Geral a:

2026 / 03 / 30


Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro

10



Índice

▶ Nota Introdutória	3
▶ Sustentabilidade	4
▶ Recursos Humanos	7
▶ Respostas Sociais/ Serviços	10
▶ Utentes	14
▶ Qualidade, Inovação e Desenvolvimento	18
▶ Análise Económica e Financeira	22
▶ Proposta de Aplicação de Resultados	23
▶ Nota Conclusiva	24
▶ Anexo I – Análise do Desempenho Estratégico e Operacional	
▶ Anexo II – Peças Finais de Apresentação de Contas	





▶ Nota Introdutória

O presente documento constitui a síntese oficial do trabalho desenvolvido pela APPC Faro ao longo do último ano, que corresponde ao penúltimo ano de execução do Plano Estratégico 2024-2026, consolidando os objetivos e as aprendizagens alcançadas ao longo deste ciclo de atividade. Encontra-se estruturado em torno dos eixos estratégicos definidos para o triénio 2024-2026 e respetivas medidas de implementação.

O presente relatório reúne os elementos essenciais para a análise do trabalho desenvolvido pela APPC Faro ao longo de 2025, resultando do sistema interno de monitorização e avaliação. Este mecanismo permitiu evidenciar os resultados obtidos com base nos indicadores estabelecidos no respetivo planeamento estratégico e anual aprovados para o período em análise. Complementarmente, inclui-se uma apreciação crítica do desenvolvimento das ações implementadas, destacando os sucessos alcançados e as áreas que exigem maior atenção no futuro.

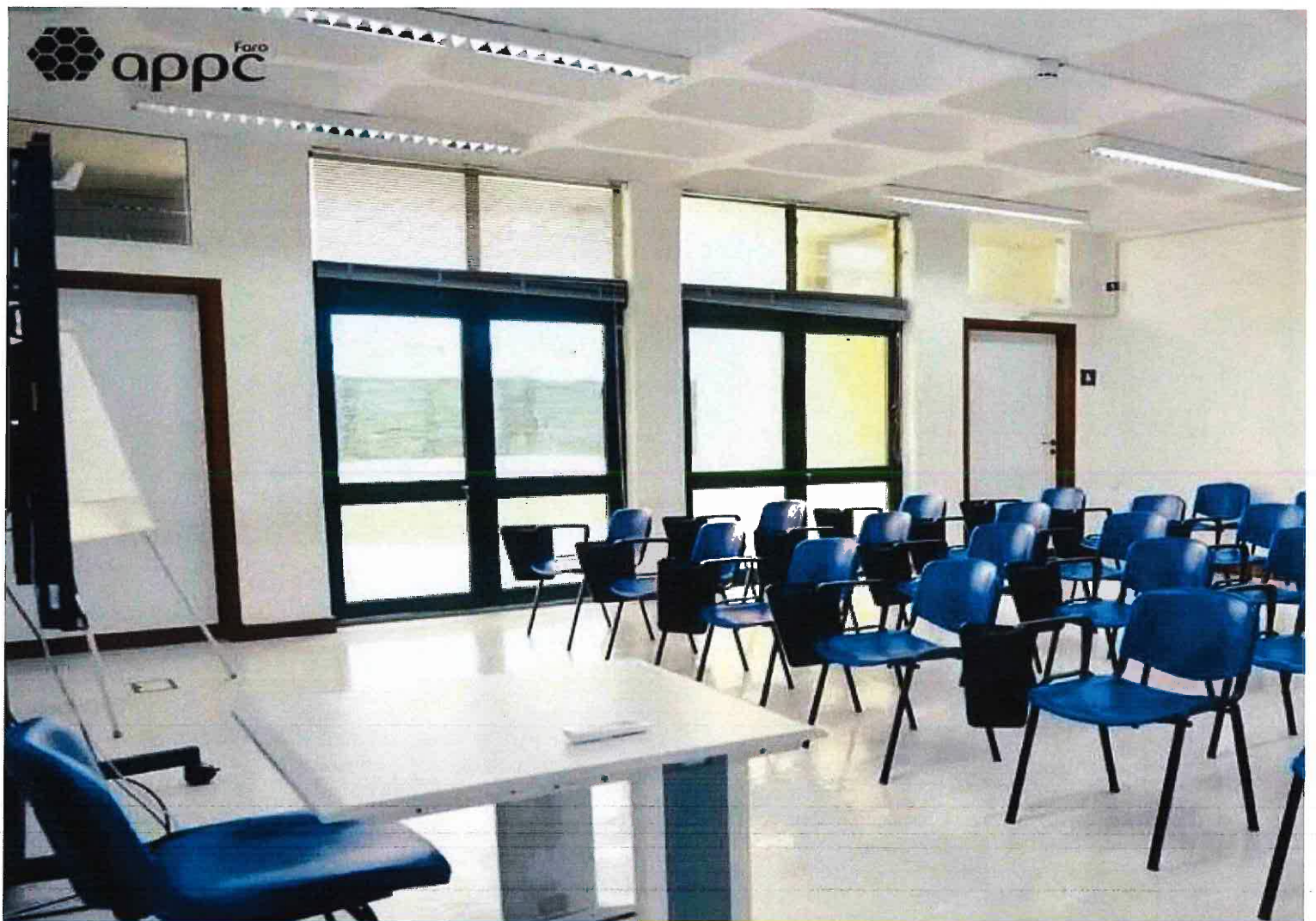
Ao longo deste ano, enfrentámos desafios significativos, mas também conseguimos alcançar marcos importantes que consolidam o nosso compromisso com a excelência, inovação e sustentabilidade. Tratou-se de um período marcado por desafios relevantes para a Associação, resultantes do aumento dos custos e da manutenção de níveis elevados de inflação. Ainda assim, estes constrangimentos não comprometeram o nosso compromisso com a inclusão e a promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência ou

incapacidade, reforçando a disponibilização de respostas de base comunitária e prevenindo situações de isolamento ou exclusão.

A APPC Faro assume um compromisso ativo com a Agenda 2030 das Nações Unidas, alinhando os seus eixos estratégicos de atuação com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando o seu papel na promoção da inclusão, equidade e sustentabilidade. As ações desenvolvidas ao longo de 2025 refletiram diretamente vários dos ODS e contribuíram para um desenvolvimento mais inclusivo, justo e sustentável, garantindo que as suas respostas sociais e serviços continuam a contribuir para uma sociedade mais equitativa e preparada para os desafios do futuro.

Unir esforços, partilhar recursos e agregando valores, sobretudo através de um trabalho coletivo orientado por objetivos comuns, mantemos a convicção de que “Ultrapassar barreiras faz de nós quem somos”.

“
**Ultrapassar barreiras
faz de nós quem somos**
”



► Sustentabilidade

O ano de 2025 constituiu um período de desafios significativos, marcado por um contexto externo volátil e imprevisível, tanto a nível nacional como internacional. A instabilidade geopolítica e as incertezas condicionaram a atividade da instituição, exigindo uma gestão vigilante e flexível para responder aos desafios emergentes. Apesar destes constrangimentos, **a instituição manteve o foco na execução do Plano Estratégico e do Planeamento Anual**, redefinindo prioridades e otimizando a alocação de recursos para garantir a sustentabilidade e a continuidade das suas operações.



Atendendo que o valor da consignação do IRS **duplicou em 2025**, passando para o dobro (1%), foi possível obter um valor bastante expressivo alcançando os **64.700,77€**.

O alcance da campanha de IRS Solidário também se traduziu num aumento significativo de interações alcançando

492.872 pessoas



A APPC Faro manteve o foco na renovação da frota automóvel, para assegurar o transporte de utentes e a prestação de serviços de base comunitária, alinhado com a redução da pegada carbónica, pelo que, adquiriu uma viatura elétrica ligeira adaptada, através do financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).



+ 1 viatura elétrica

O conforto dos espaços e renovação de equipamentos mereceu especial atenção ao longo do ano, contando com a parceria de várias entidades públicas e privadas que apoiaram a instituição na melhoria das instalações, tais como o Município de Faro e o Grupo Timing, este último responsável pela remodelação da sala de espera/sala de pais da sede.



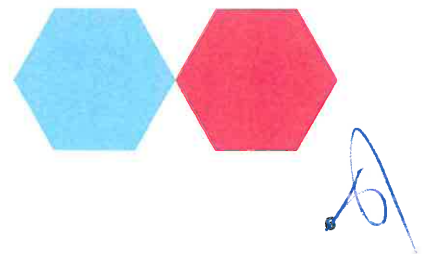


No âmbito da atividade instrumental FOCO APPC Faro, em 2025 foi possível continuar a atender às necessidades identificadas por entidades públicas e privadas, no âmbito da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade na sociedade, como foi o caso da formação ministrada para lojistas do Design Outlet Algarve em “Atendimento Inclusivo”. Este reconhecimento reflete o esforço dedicado ao longo dos mais de 40 anos em prol da defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

► Compromisso

No compromisso com as obrigações legais em matéria de segurança, a APPC Faro desenvolveu todos os esforços ao seu alcance para proceder a melhorias significativas das medidas de autoproteção do edifício sede. Este resultado só foi possível através do esforço financeiro mobilizado pela Direção, da dedicação da equipa de manutenção e do empenho de todos os colaboradores e utentes que participaram neste processo que culminou com a certificação da ANPC por mais 4 anos.

► Importa, ainda, referir que em 2025 foi criado o **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) da APPC Faro**, instrumento fundamental para garantir a integridade, transparência e boa governação, que visa identificar, avaliar e mitigar os riscos de práticas corruptivas, assegurando o cumprimento das normas legais no âmbito do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC). Para além do PPR, foi criado o respetivo canal de denúncias, revisto o código de conduta e o plano de formação.





► Recursos Humanos

Os resultados de qualquer organização dependem, em grande medida, do contributo das pessoas que nela trabalham. Por essa razão, estas constituem o seu recurso mais valioso, sendo essencial promover uma cultura de valorização do talento, assente no investimento e na capacitação contínua.



A APPC Faro **continua comprometida com a implementação de medidas de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional** por forma a captar e reter recursos humanos nesta área de atuação, com uma preocupação constante com o bem-estar dos seus colaboradores. Para além de terem sido mantidas as medidas já existentes, foi possível agregar novas iniciativas que favoreçam a motivação e reconhecimento dos colaboradores, tais como:



Dispensa ao serviço no dia do aniversário do próprio ou do filho



Aumento dos dias de férias por antiguidade



Remodelação da sala de pessoal do Lar Residencial/ Residência Autónoma



Protocolos de parceria com entidades locais com vantagens para os seus colaboradores e associados (Farmácia Almeida e Place Fitness Center)

O ano de 2025 foi marcado pelo **reforço na capacitação dos recursos humanos da instituição**, indo além da formação interna disponibilizada, apostando na formação e capacitação além-fronteiras, com destaque para as áreas de avaliação e intervenção especializada, como por exemplo Curso Avançado em Processamento Auditivo Central, Curso do Freio Lingual em Bebés, Formação em Perturbações do Neurodesenvolvimento - do diagnóstico à intervenção, Formação na Aplicação da Escala SIS - A em Portugal, Curso de Planeamento Centrado na Pessoa e Pedagogia de Interdependência, entre outras.



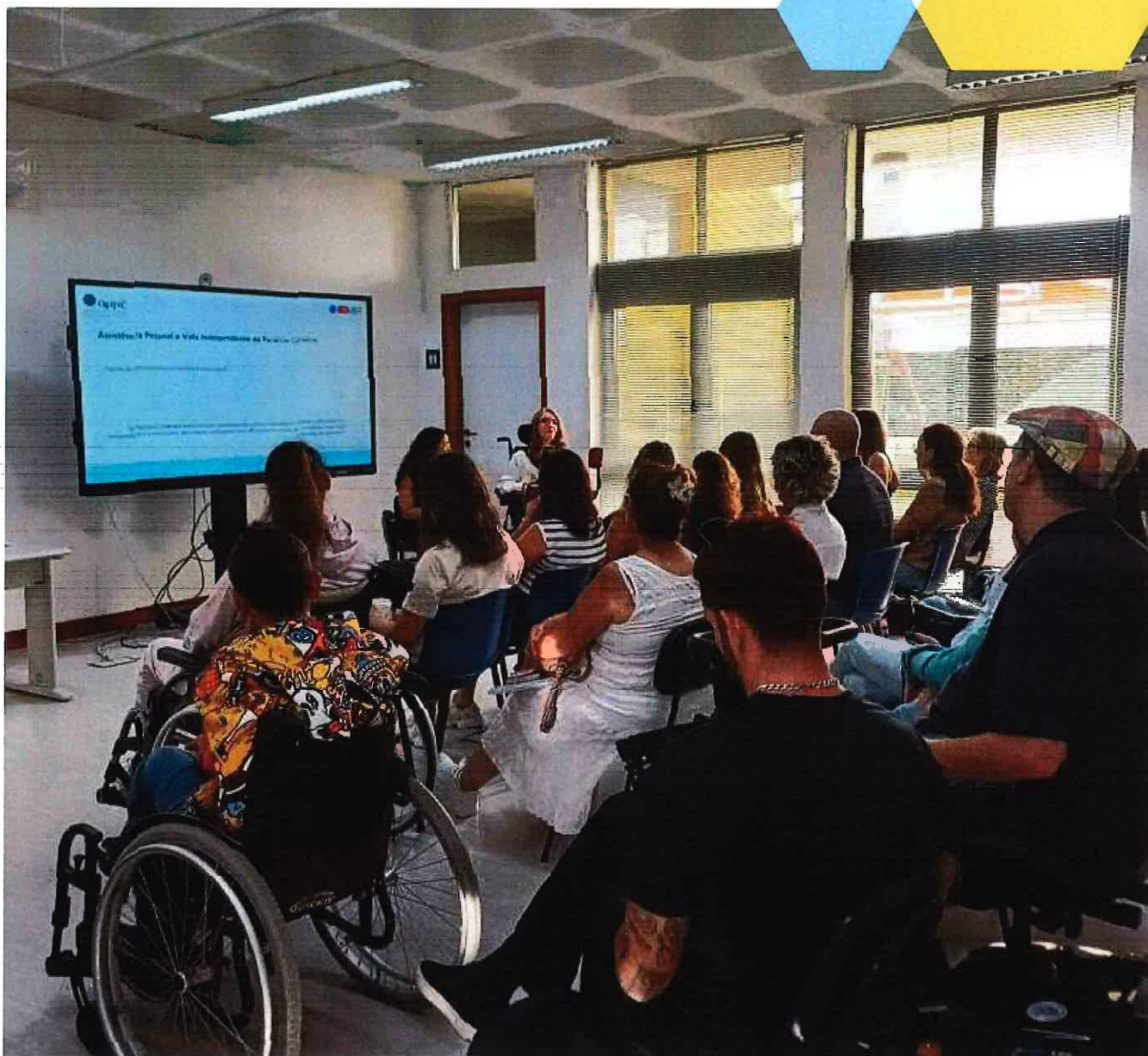
A execução do Plano Anual de Formação registou algumas alterações face ao previsto para o ano de 2025, **tendo ultrapassado positivamente o previsto**, registando uma taxa de concretização de 100%, com um volume de

2.234 horas de Formação

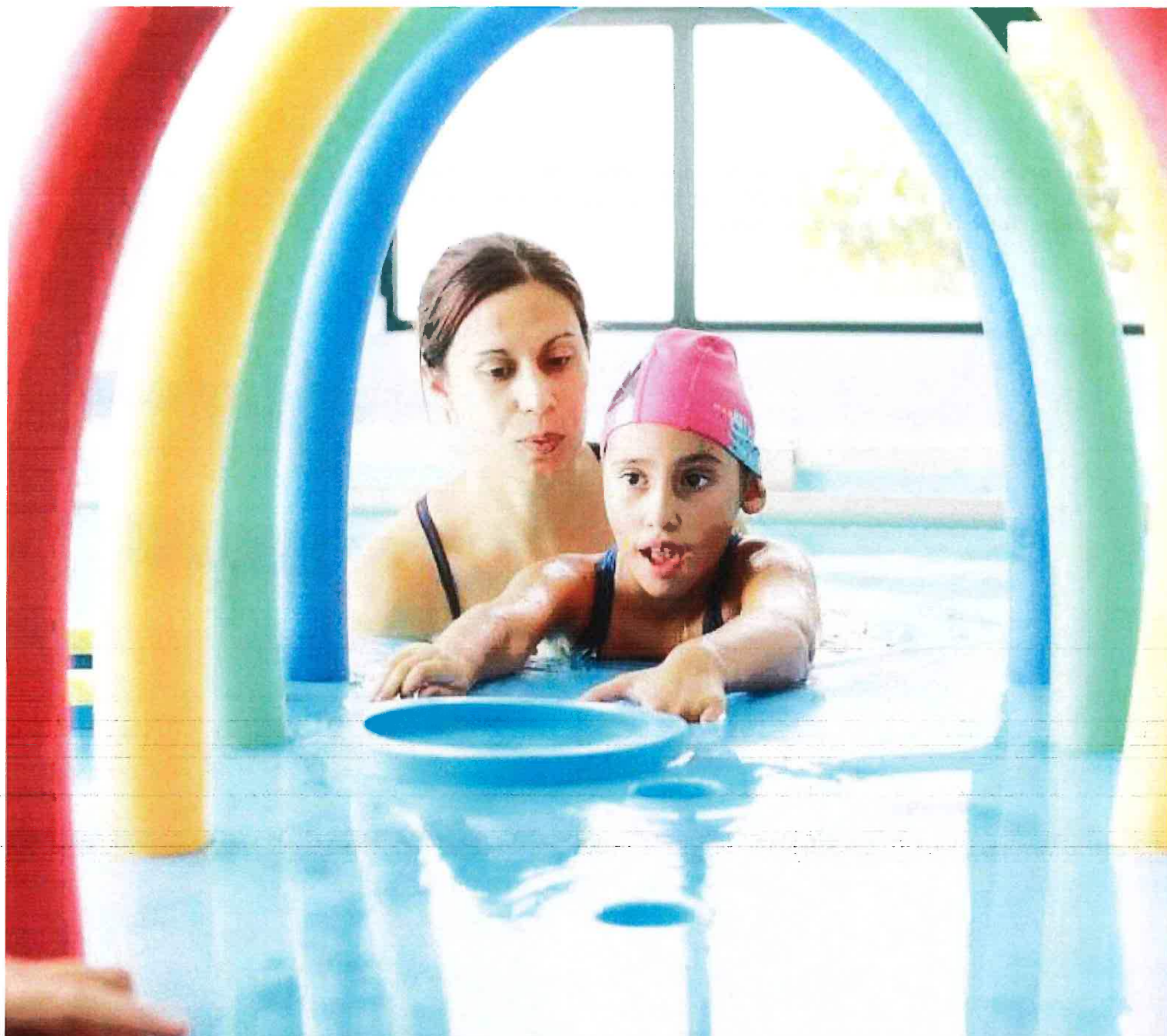


Contudo, as grandes dificuldades no recrutamento e retenção de recursos humanos mantêm-se, à semelhança do que acontece no terceiro sector em todo o país. O Algarve continua a evidenciar um desvio negativo de 565€ de diferença salarial entre o que recebe num ano um trabalhador na região e a média nacional (dados referentes a 2020, segundo o Plano de Desenvolvimento Social do Algarve, 2023-2030), agravado pelo elevado valor das rendas habitacionais que se traduzem numa significativa taxa de sobrecarga das despesas em habitação 9,1% face aos 5% da média nacional.

Importa igualmente salientar que o Algarve apresenta uma oferta académica, ainda, insuficiente nas áreas da reabilitação, nomeadamente em especialidades como terapia ocupacional e psicomotricidade.



› Neste contexto, a APPC Faro tem vindo a desenvolver esforços, em articulação com a Academia, no sentido de contribuir para inverter esta realidade. Torna-se fundamental reforçar a competitividade e atratividade junto dos profissionais da área da reabilitação, de modo a responder ao crescente número de oportunidades oferecidas pelo setor público e pelo setor privado com fins lucrativos nestas áreas de especialização.



▶ Respostas Sociais/ Serviços

Atualmente, as 10 respostas sociais/ serviços da APPC Faro procuram atender, numa perspetiva global e abrangente, aos problemas das pessoas com deficiência e incapacidade. **Em 2025 a Associação, não só garantiu o cumprimento dos seus acordos de cooperação a 100%, sem nenhuma vaga disponível por ocupar, como ainda alargou a capacidade da nova resposta social Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI) até ao limite de 39 utentes.**



▶ De ressaltar que, a APPC Faro continua a disponibilizar uma abrangência de serviços que asseguram quase a totalidade das respostas sociais dedicadas à deficiência disponíveis no Algarve, nomeadamente:

Intervenção Precoce na Infância

Apoio em Regime de Ambulatório

Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão

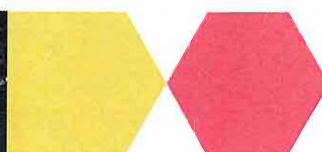
Residência de Autonomização e Inclusão

Lar Residencial e Serviço de Apoio à Vida Independente

▶ Paralelamente, em 2025, a Associação manteve as respostas dedicadas às áreas da educação e emprego. **A APPC Faro continua a ser a única IPSS da região algarvia acreditada pelo Ministério da Educação como Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), disponível nos concelhos de Faro e Olhão.** Esta resposta intervém em contexto escolar e visa apoiar e intensificar a capacidade da Escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos. O Centro de Recursos para o Emprego (CRE), vocacionado para a orientação profissional de ações facilitadoras para a integração, manutenção e reintegração profissional de pessoas com deficiência e incapacidade, viu no final de 2025 renovada a sua acreditação por mais três anos de atuação (Nível I) nos concelhos de Faro, Olhão e São Brás.



No conjunto dos serviços disponibilizados pela Associação, integra-se, ainda, uma resposta social direcionada para a gravidez e a maternidade - o Centro de Apoio à Vida - que intervém nos concelhos de Faro, Olhão e Loulé. Esta resposta distingue-se por ser a única com estas características nas regiões do Algarve e do Alentejo. Em 2025 celebrámos o 20º aniversário desta resposta social, assinalado com um Seminário realizado no Campus da Penha da Universidade do Algarve. Ao longo destas duas décadas, foram muitas as histórias de esperança que pudemos acompanhar e apoiar, sempre com a missão de acolher, cuidar e promover a dignidade da vida. Este percurso de 20 anos não seria possível sem o esforço contínuo da nossa equipa e dos nossos parceiros e, claro, das mulheres e famílias que confiaram no CAV para o seu projeto de parentalidade. Este marco tão significativo, reafirmou o nosso compromisso com um serviço, cada vez mais humanizado, especializado e transformador, com a missão de proteger, apoiar e valorizar a vida.



De realçar que, em 2025 a APPC Faro marcou presença na Feira de Emprego do Turismo, que decorreu no Centro de Congressos do Algarve, em Vilamoura. Esta iniciativa é um espaço que interliga empresas e candidatos do setor do turismo, promovendo o networking entre profissionais. Ao reunir as principais empresas do setor, esta feira ofereceu vagas em várias áreas do setor do turismo, constituindo um momento privilegiado para o CRE da APPC Faro promover oportunidades de integração de pessoas com deficiência e incapacidade nesta área tão privilegiada da nossa região.



> Ao nível da transição digital, procedeu-se à atualização e reformulação do software das respostas residenciais e foram efetuados diversos ajustes e atualizações pontuais nas aplicações e softwares utilizados nas restantes respostas sociais. Estas melhorias contribuíram para disponibilizar aos colaboradores ferramentas mais eficientes, seguras e rápidas na gestão da informação. Foram igualmente implementados vários inquéritos de satisfação dirigidos às diferentes partes interessadas, agora em formato on-line.



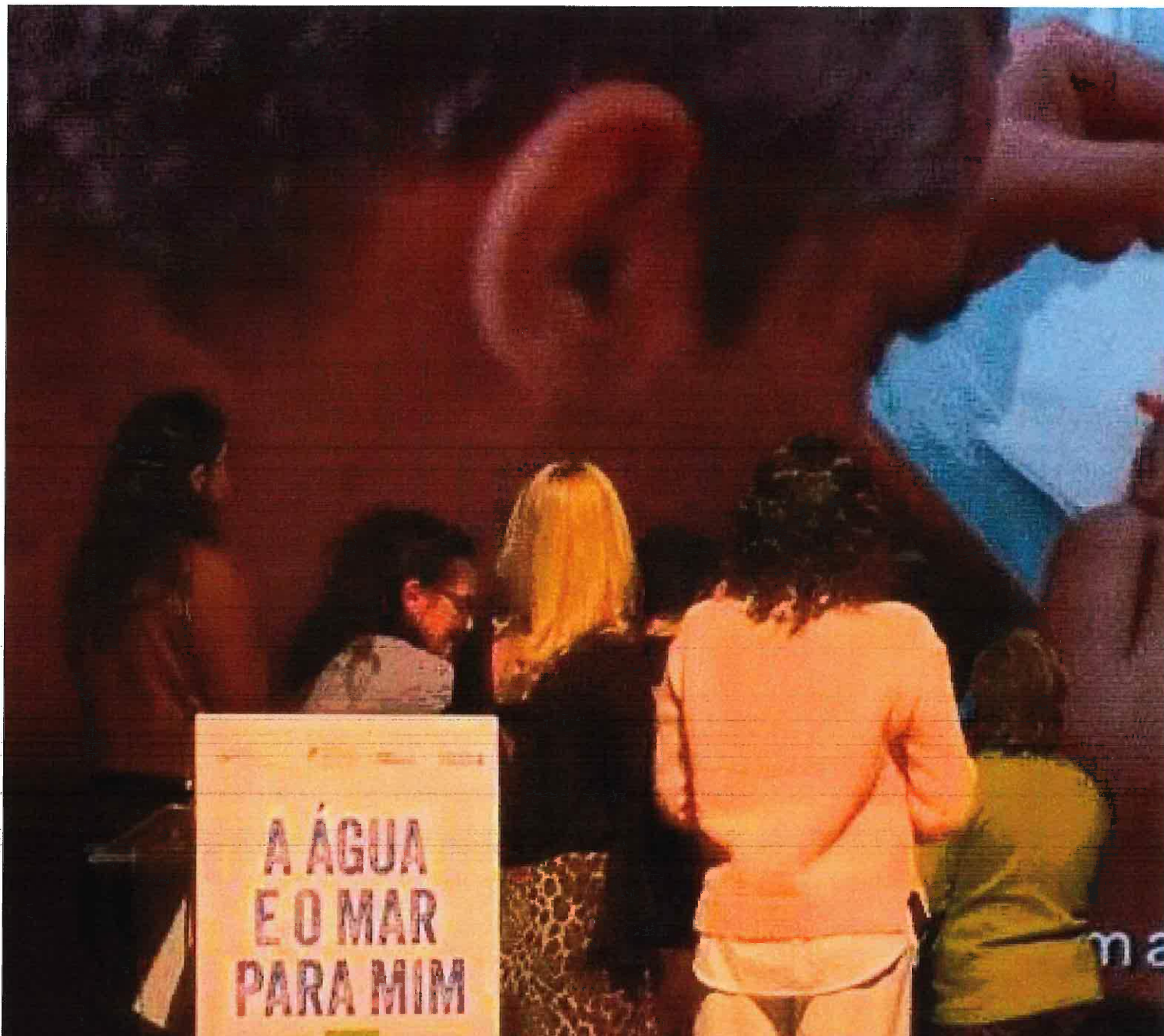
Relativamente à projeção da imagem institucional da APPC Faro no exterior, manteve-se o investimento na atualização regular dos conteúdos do website e das redes sociais, bem como na divulgação das atividades desenvolvidas. Após um ano de criação, foi possível implementar e sistematizar o modelo e a periodicidade da newsletter da instituição.

A destacar as iniciativas desenvolvidas para promover a inclusão, a autodeterminação e a vida independente das pessoas com deficiência e incapacidade que apoiámos ao longo de 2025, especialmente ao nível das atividades de interação com o meio, de participação e inclusão socioprofissional, como foram exemplo as desenvolvidas em parceria com entidades locais, tais como com a Cáritas Diocesana de Faro, a ReFood, o Centro Náutico da Praia de Faro, a ARPI e a Cantina da Universidade do Algarve. Foi, ainda, possível o envolvimento dos utentes

em experiências diversificadas, na e com a comunidade, nomeadamente a participação no Projeto Estojo (Lama Teatro), no Programa Faro Sénior e no Projeto Desporto Inclusivo promovido pelo Município de Faro. Neste sentido foi, ainda, organizada uma Sessão de esclarecimento da Assistência Pessoal na Paralisia Cerebral, no âmbito das Comemorações do Dia Nacional da Paralisia Cerebral, com o testemunho de uma destinatária do SAVI, enquanto prática de valorização da voz e da participação ativa destas pessoas na sociedade.

> De referir, também, a importância do papel desempenhado pela APPC Faro ao nível das políticas locais de educação, pelo que 2025 foi marcado pelo regresso ao Conselho Municipal de Educação de Faro como representante das IPSS do Município de Faro.





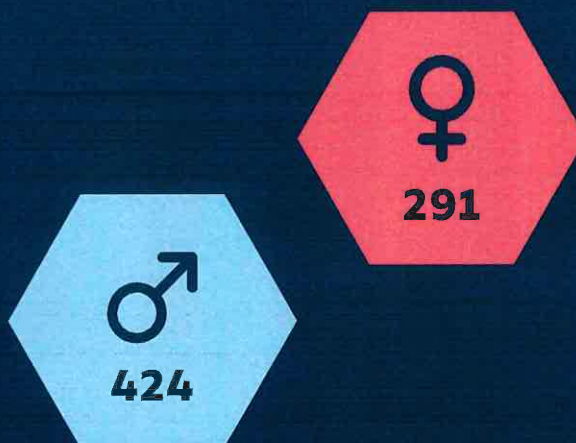
▶ Utentes

De acordo com a Carta Social (2023), o distrito de Faro dispunha de 34 respostas sociais dirigidas a pessoas com deficiência e incapacidade, com uma capacidade total de 1203 vagas, das quais 1098 estavam ocupadas (91%), contudo, o distrito de Faro registou a segunda taxa de cobertura mais baixa a nível nacional no que respeita à população com deficiência e incapacidade.

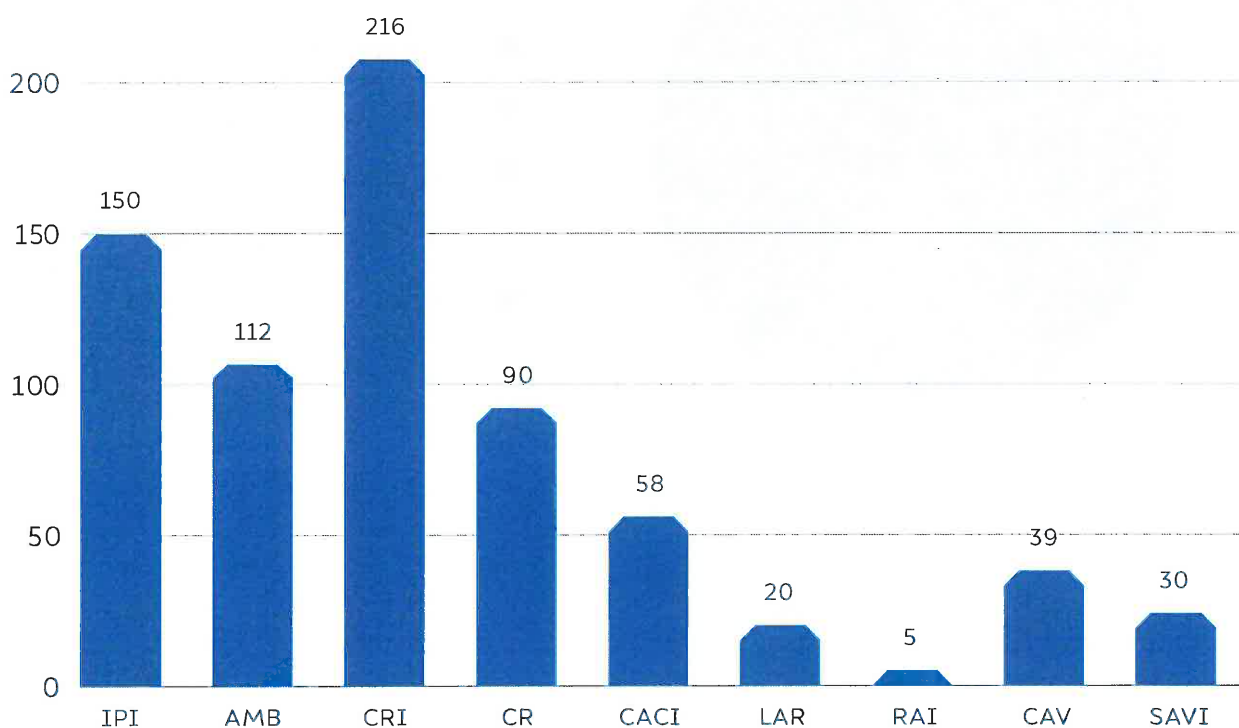


As pessoas apoiadas pela APPC Faro desempenham um papel central, não só enquanto utilizadores, mas também como agentes ativos que contribuem para a eficácia e eficiência dos serviços prestados, afirmando-se como parceiros essenciais na melhoria contínua, na inovação e na valorização das respostas disponibilizadas.

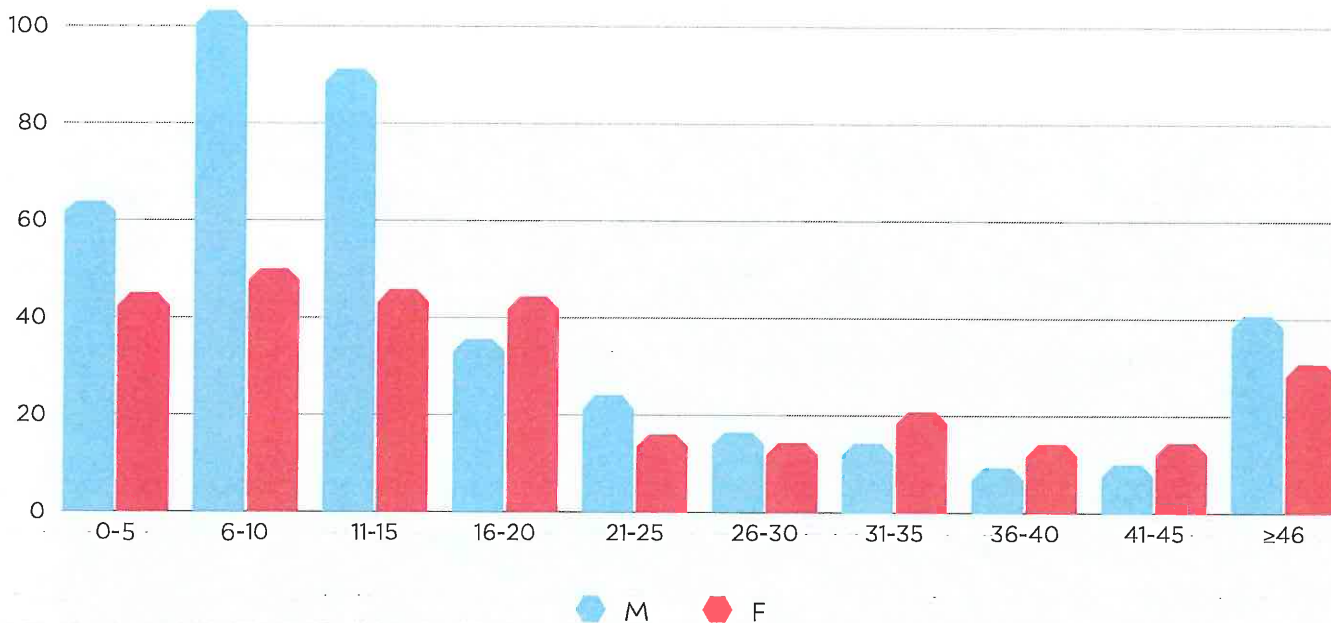
Em 2025, a APPC Faro acompanhou um total de 720 utentes, distribuídos pelas suas 10 respostas sociais e serviços.



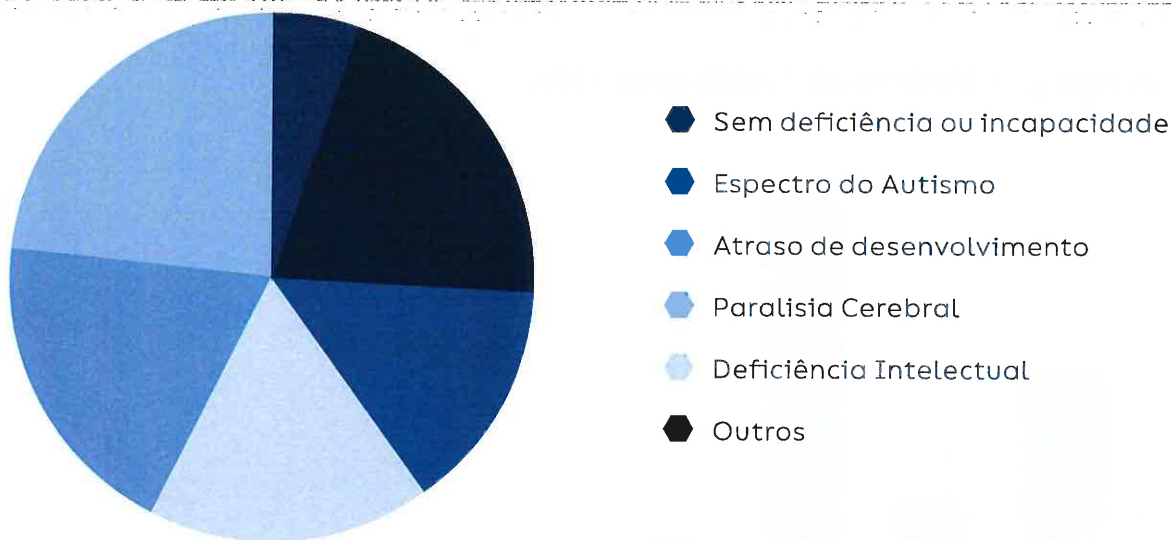
▶ Utentes por Resposta Social/Serviço



Utentes por grupo etário

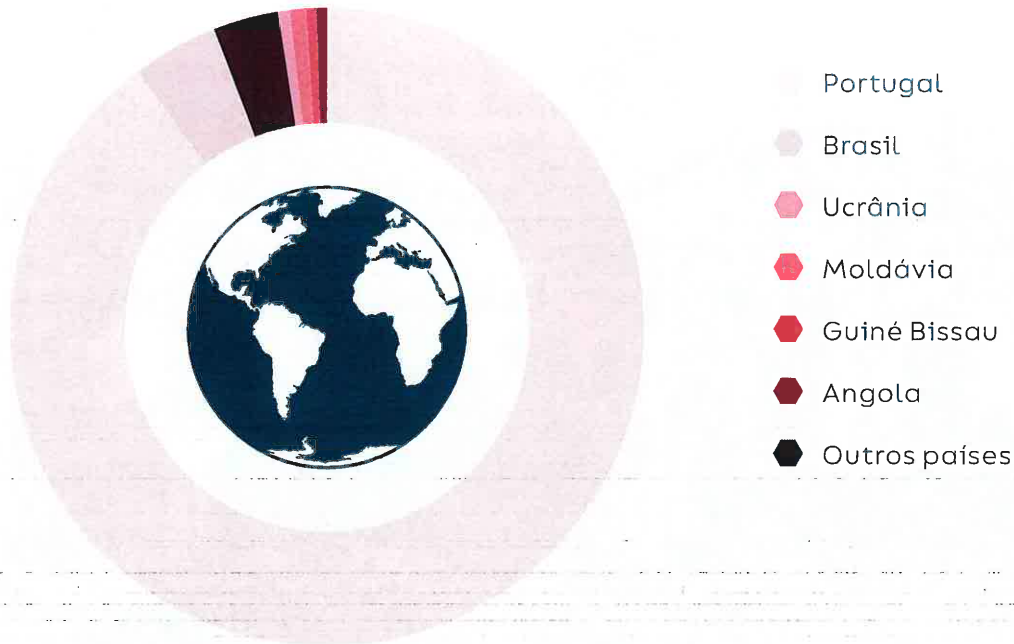


Utentes por Diagnóstico



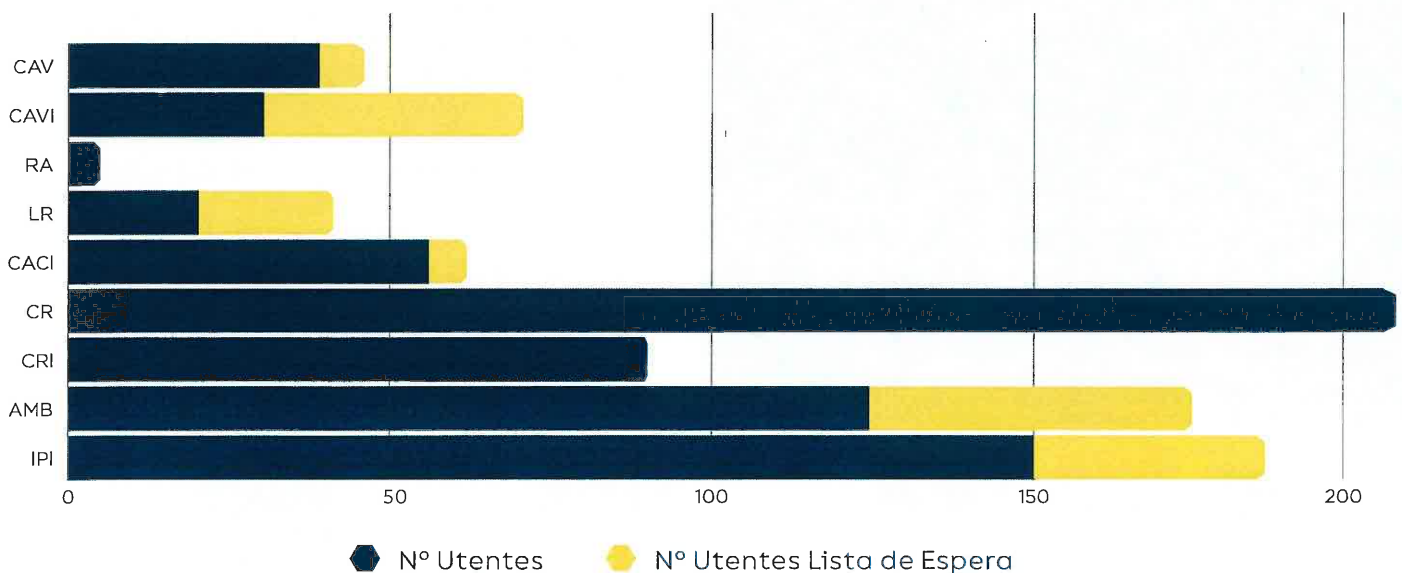
Segundo o Plano de Desenvolvimento Social do Algarve (2023-2030), o peso da população estrangeira no Algarve é de 22,5% comparativamente aos 6,8% de Portugal. Em 2025 continuou-se a registar um número significativo de pessoas originárias de diferentes países e culturas, sendo necessário a implementação contínua de práticas que promovessem o entendimento mútuo entre pessoas com origens e experiências diversas.

▶ Utentes por país de origem



A abrangência de serviços ao longo da vida, a diversidade de respostas, aliada à qualidade dos serviços prestados, conduziu a uma procura, cada vez maior, dos nossos serviços, em grande parte, também, devido às novas realidades associadas ao fluxo migratório, resultaram numa lista de espera de 160 pessoas no final de 2025.

▶ Utentes em lista de espera





► Qualidade, Inovação e Desenvolvimento

A APPC Faro orgulha-se de ter sido selecionada em 2025 para integrar a 5ª Edição do Programa Social Leapfrog promovido pela Nova School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa. Foi o assumir de mais um compromisso de aprendizagem, reflexão e transferência de conhecimentos durante um período de três anos. Trata-se de um programa de reflexão e capacitação customizado para organizações sociais que são ou querem vir a ser híbridas (organizações simultaneamente com uma missão social e geração de receitas próprias através da venda de produtos e serviços). Este programa faz parte da Iniciativa para a Equidade Social e é organizado pela Nova SBE, Leadership for Impact Knowledge Center.



Em 2025, à semelhança do ano anterior, a APPC Faro marcou presença na 37ª Reunião Anual da European Academy of Childhood-onset Disability (EACD), que teve lugar em Heidelberg (Alemanha). Este evento internacional reuniu mais de 2.000 participantes de diversas áreas da saúde, educação e intervenção social, focados na partilha de conhecimento e nas melhores práticas no apoio às crianças com deficiência e incapacidade. A APPC Faro reforçou o seu compromisso com a inovação e a melhoria contínua dos serviços prestados às crianças e famílias, procurando manter-se alinhada com as boas práticas europeias na área do desenvolvimento infantil e fez-se representar pela sua equipa de Intervenção Precoce na Infância, que apresentou o poster com o tema “Uma oportunidade para bem crescer”. O trabalho destacou a implementação de uma nova metodologia de intervenção direcionada a crianças em idade pré-escolar com critérios de elegibilidade para o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI).



performance

EMOCIONÁRIO DA ÁGUA

8 maio quinta
18h30

Passeio Ribeirinho Faro

ESTOJO - Laboratório Pedagógico do LAMA Teatro [PT]

Mais informações em lamateatro.com

A Associação mantém o seu compromisso em criar respostas inovadoras, desenvolvidas em contextos diferenciados, que incentivem processos de desinstitucionalização ou previnam a institucionalização de pessoas com deficiência e incapacidade. Nesse âmbito, tem vindo a investir em parcerias estratégicas que reforcem a inclusão efetiva destas pessoas na comunidade. Um exemplo foi a colaboração com a Companhia de Teatro LAMA, que na edição de 2025 do Festival Mochila em Faro, integrou dois atores da APPC Faro na peça de teatro “Emocionário da Água”, com encenação do grupo Estojo 2025.

Tendo sempre presente o propósito de sensibilizar a sociedade para a problemática da Paralisia Cerebral e da deficiência, a APPC Faro aceitou o desafio do Designer Outlet Algarve para desenvolver uma campanha de prevenção do cancro da mama, no mês alusivo ao Outubro Rosa, intitulada “Prevenção sem Exceção” que resultou numa exposição, preparada pelos nossos utentes, com a colaboração da turma de Artes do Agrupamento de Escolas Tomás Cabreira.



A APPC Faro foi uma das instituições apoiadas em 2025 pelo Programa Bairro Feliz, promovido pelo Pingo Doce António Vieira em Loulé, com o objetivo de renovar e substituir material e equipamento essencial para o bem-estar e qualidade de vida dos residentes da Residência de Autonomização e Inclusão.

No âmbito projeto a “A Água e o Mar para Mim”, promovido pela Águas do Algarve, a APPC Faro foi uma das vencedoras da sua 3ª Edição. Esta iniciativa destaca-se como um concurso de arte e sustentabilidade que incentiva a criação artística, utilizando materiais reutilizados para promover a sensibilização ambiental sobre a proteção da água e dos oceanos. Tem, ainda, como foco a inclusão de pessoas idosas e pessoas com deficiência na região algarvia.

Importa referir que, em 2025 teve início o projeto “Labirinto de Emoções”, um programa de sensibilização dirigidos aos alunos do Ensino Básico, que tem como objetivo sensibilizar os alunos para a realidade da deficiência, promovendo a empatia, a cooperação e a consciência social, emocional e sensorial. Através de atividades práticas e momentos de reflexão os alunos foram convidados a colocar-se no lugar do outro, a explorar emoções e a repensar atitudes em conjunto com os utentes e equipa do CACI.

O reconhecimento pela importância que as IPSS´s desempenham na intervenção com grupos sociais vulneráveis, foi marcado pela visita, em março de 2025, da Sra. Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Dra. Clara Marques Mendes, acompanhada pelo Município de Faro e pelo Centro Distrital de Segurança Social.



› Esta visita permitiu, não só, apresentar as respostas sociais, serviços e projetos desenvolvidos pela APPC Faro, como, ainda, partilhar as preocupações e os desafios constantes que a instituição enfrenta.

▶ Análise Económica e Financeira

Num ano sem alterações a nível de novas respostas sociais, foi possível manter o crescimento acima de dois dígitos já registado no ano anterior.

Os gastos com o levantamento das necessidades, implementação e certificação das alterações nas medidas de autoproteção e o necessário reforço do pessoal ao serviço acrescidos do aumento verificado no salário mínimo nacional não foram completamente compensados pela evolução dos montantes comparticipados pelos acordos de cooperação, o que se refletiu na diminuição dos resultados líquidos do exercício que pela primeira vez nos últimos oito anos se apresentaram negativos

CONTAS DE EXPLORAÇÃO	2024	2025	TX. CRESC.
GASTOS	2 448 101,64 €	2 754 718,57 €	12,52%
RENDIMENTOS	2 451 238,73 €	2 699 721,09 €	10,14%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	3 137,09 €	-54 997,48 €	-1853,14%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3 137,09 €	-55 107,69 €	-1856,65%

CONTAS DE GASTOS	2024	2025	TX. CRESC.
FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	388 800,65 €	429 829,23 €	10,55%
GASTOS COM O PESSOAL	1 884 516,71 €	2 141 715,75 €	13,65%
DEPRECIAÇÕES	157 868,76 €	170 221,21 €	7,82%
JUROS SUPORTADOS	2 714,84 €	1 279,60 €	-52,87%

Foi possível neste ano a diminuição do passivo em 27,97%, através da redução de contas a pagar tanto ao estado como a fornecedores, e da amortização na sua totalidade do remanescente do empréstimo bancário destinado à construção do Lar Residencial e Residência Autónoma. Também foi possível finalizar a renovação da frota automóvel.

RUBRICAS DO BALANÇO	2024	2025	TX. CRESC.
TOTAL DO ATIVO	1 995 493,95 €	1 824 002,91 €	-8,59%
TOTAL DO PASSIVO	465 249,88 €	335 097,86 €	-27,97%
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	298 736,36 €	131 228,44 €	-56,07%
CONTAS A PAGAR - ESTADO E O.E.PÚBL.	55 681,55 €	52 199,42 €	-6,25%
CONTAS A PAGAR - FORNECEDORES	24 934,64 €	23 057,92 €	-7,53%
CONTAS A RECEBER	24 900,34 €	93 021,00 €	273,57%
FINANC. OBTIDOS	38 295,39 €		-100,00%

INVESTIMENTOS	2024	2025
EDIFÍCIOS	59 165,47 €	32 101,00 €
EQUIPAMENTO BÁSICO	21 370,60 €	7 679,86 €
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	106 640,87 €	48 398,25 €
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	10 949,06 €	2 108,92 €
EM CURSO	24 054,91 €	7 469,05 €
TOTAL	222 180,91 €	97 757,08 €

► Proposta de Aplicação de Resultados

Os mapas relativos às contas de gerência encontram-se em anexo. No ano de 2025 como reflexo da atividade desenvolvida, obteve-se resultados líquidos negativos no valor de 55.107,69 €, os quais a Direção propõe que sejam transferidos para Resultados Transitados.



▶ Nota Conclusiva

Nos últimos anos verificou-se uma evolução significativa nas políticas públicas e na implementação de novas medidas de prevenção, habilitação e reabilitação, assim como, um reforço da proteção e da inclusão social das pessoas com deficiência em Portugal, pelo que, se torna essencial evidenciar os indicadores de impacto positivo alcançados pela APPC Faro ao longo de 2025. Estes números representam a síntese da intervenção, em áreas-chave de atuação e de acordo com as linhas estratégicas definidas para o período em análise.



Por último, um reconhecido agradecimento aos colaboradores da APPC Faro que, com competência e empenho, contribuíram decisivamente para os resultados alcançados. A sua dedicação foi reforçada pela confiança depositada pelos Associados, Entidades Parceiras, Pessoas Apoiadas e Famílias, a quem procurámos sempre corresponder com o maior compromisso e espírito de Missão.

Aprovado em reunião de Direção de dia 23 de março de 2026:

O Presidente da Direção

Paula Teixeira

Aprovado em Assembleia Geral de dia 30 de março de 2026:

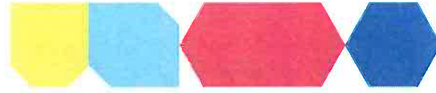
O Presidente da Assembleia Geral

[Assinatura]



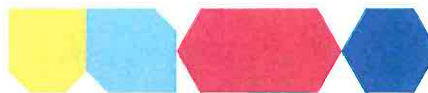
ANEXO I

ANÁLISE DO DESEMPENHO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL

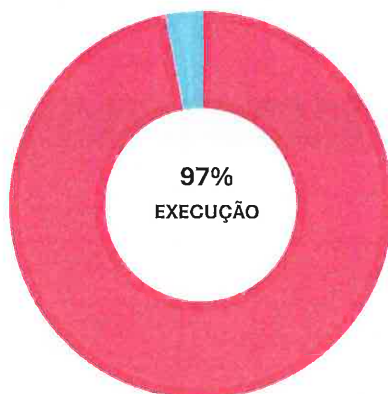


Anexo I – Análise do Desempenho Estratégico e Operacional

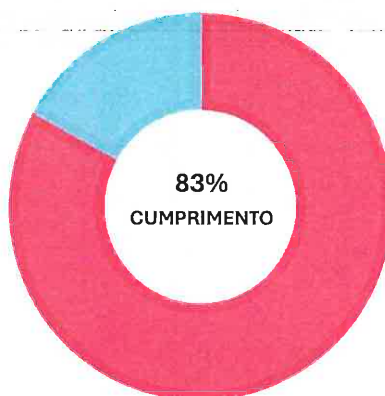
Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Sustentabilidade	Eficiência orçamental	Manter saldos operacionais positivos	Taxa de execução orçamental da receita	≥ 103%	106%	100%
			Taxa de execução orçamental da despesa	≤ 97,50%	108%	90%
	Número de Associados	Aumentar o número de associados	Taxa de crescimento do n.º de novos sócios	≥ 5%	8%	100%
	Manutenção de edifícios e equipamentos	Implementar Plano de Manutenção	Taxa de implementação do Plano de Manutenção	≥ 80%	100%	100%
	Envelhecimento das viaturas	Substituir a frota automóvel	N.º de viaturas substituídas	≥ 1	1	100%
Recursos Humanos	Retenção dos Recursos Humanos	Rever o modelo de gestão e desenvolvimento do desempenho e capacitação dos RH	Taxa de execução do Plano Anual de Formação	≥ 80%	100%	100%
			Média da Avaliação de Desempenho	≥ 3,6	3,96	100%
		Taxa de satisfação dos RH	≥ 77%	390%	100%	
		Implementar medidas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal	N.º de medidas implementadas	≥ 2	4	100%
Liderança horizontal	Capacitar todos os RH com funções de coordenação/ direção técnica em gestão de equipas e liderança	Taxa de RH com funções de coordenação/direção técnica que participaram nas ações	≥ 80%	44%	55%	
Respostas Sociais/ Serviços	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%
	Transição digital	Otimizar o sistema informático de apoio ao desenvolvimento das atividades	Taxa de cobertura digital	≥ 80%	66%	83%
	Comunicação interna/externa	Otimizar os procedimentos de comunicação interna	N.º de canais de comunicação interna revistos/criados	≥ 2	2	100%
Clientes	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 80%	97%	100%
			Taxa de execução dos Planos Individuais	≥ 85%	83%	97%
			Média do cumprimento dos apoios individuais	≥ 0,85	32,59	100%
	Abordagem centrada na pessoa	Implementar formação interna em abordagem centrada na pessoa	Taxa de colaboradores com formação nesta abordagem	≥ 80%	86%	100%
	Qualidade de vida	Promover a qualidade de vida dos clientes	Índice médio de qualidade de vida	≥ 72%	83%	100%
	Inclusão	Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 73%	84%	100%
	Vida Independente	Promover a autodeterminação e vida independente dos clientes	N.º de ações para a promoção da autodeterminação e vida independente	≥ 1	3	100%
Qualidade, Inovação e Desenvolvimento	Serviços diferenciados	Oferecer serviços diferenciados e especializados de última geração	N.º de projetos para a inovação	≥ 1	1	100%
	Parcerias para o impacto	Desenvolver parcerias estratégicas para o impacto social	N.º de parcerias	≥ 1	1	100%
	Investigação	Participar em estudos de investigação	N.º de estudos	≥ 1	1	100%



A



TAXA DE EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE
ATIVIDADES DE 2025



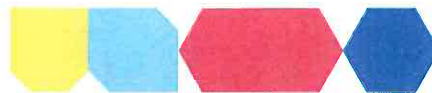
TAXA DE CUMPRIMENTO DO PLANO ANUAL
DE ATIVIDADES DE 2025



Desempenho Operacional por Resposta Social/ Serviço

Intervenção Precoce na Infância (IPI)

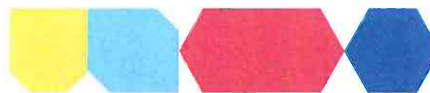
Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%
	Clientes	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 80%	96%
Taxa de execução dos Planos Individuais			≥ 85%	49%	58%	
Média do cumprimento dos apoios individuais			≥ 0,85	80,50	100%	
	Inclusão	Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 73%	91%	100%
Desempenho Operacional	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho da IPI	Número de atividades realizadas pela resposta social	≥ 18	20	100%
			Número de PIIP's avaliados/revistos	≥ 120	96	80%
			Número de acolhimentos realizados	≥ 60	58	97%
			Número de processos como Mediadores de Caso	≤ 75	102	100%
			Nº apoios em contexto creche/domicílio/II	≥ 70	100	100%
		Ações e Atividades Complementares da IPI	Divulgação do serviço de IPI na comunidade – como referenciar e identificar critérios de elegibilidade para o SNIPI	≥ 1	4	100%
			Realização de sessões temáticas/atividades lúdicas que promovam o desenvolvimento global da criança	≥ 1	9	100%



A

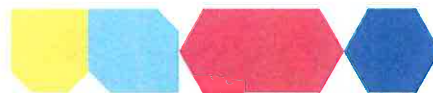
Centro de Reabilitação/Ambulatório (AMB)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Met	Anual	Exec. Anual	
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%	
	Clientes	Satisfação dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 80%	93%	100%	
Taxa de execução dos Planos Individuais			≥ 85%	85%	100%		
Média do cumprimento dos apoios Individuais			≥ 0,85	0,78	92%		
Desempenho Operacional	Inclusão	Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 73%	100%	100%	
	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do AMB	Número de apoios em contexto	≥ 22	12	55%	
			Número de levantamentos de barreiras à autonomia em contexto	≥ 10	8	80%	
			Número de consultas (internas e externas)	≥ 105	117	100%	
			Número de processos de PA instruídos	≥ 115	161	100%	
			Número avaliações de PA	≥ 165	197	100%	
			Número médio de divulgações de programas e serviços	≥ 4	4	100%	
			Número de atividades complementares	≥ 3	2	67%	
			Ações e Atividades Complementares do AMB	Promover atividades terapêuticas com recurso a tecnologia	≥ 1	1	100%
				Potenciar treinos de postura, de equilíbrio e de marcha com recurso a ferramentas de última geração, que permitam incrementar estas competências	≥ 1	1	100%
Fomentar a autonomia, a interação e a partilha em diferentes contextos				≥ 1	1	100%	



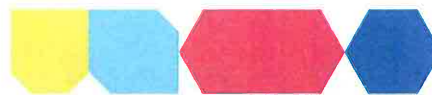
Centro de Apoio à Vida (CAV)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%
	Clientes	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 80%	100%
Taxa de execução dos Planos Individuais				≥ 85%	92%	100%
Média do cumprimento dos apoios individuais				≥ 0,85	0,74	87%
Desempenho Operacional	Abordagem centrada na pessoa	Implementar formação interna em abordagem centrada na pessoa	Taxa de colaboradores com formação nesta abordagem	≥ 80%	50%	63%
	Qualidade de vida	Promover a qualidade de vida dos clientes	Índice médio de qualidade de vida	≥ 72%	81%	100%
	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do CAV	Número de atendimentos descentralizados/fora da instituição	≥ 130	155	100%
			Número de acompanhamentos na instituição	≥ 92	83	90%
			Número de horas em competências parentais	≥ 55	62	100%
			Taxa de avaliações do desenvolvimento global do bebé	≥ 85%	91%	100%
			Taxa de execução do Programa de gestão doméstica	≥ 100%	100%	100%
			Programa de execução do programa de gravidez	≥ 100%	100%	100%
			Taxa de integração profissional	≥ 75%	75%	100%
			Número de divulgações de programas e serviços	≥ 3	7	100%
Ações e Atividades Complementares do CAV			Desenvolver ações de sensibilização na área de desenvolvimento do bebé	≥ 1	1	100%
			Promover sessões de prevenção no âmbito da segurança e saúde infantil	≥ 1	2	100%
	Implementar o Programa de Formação e Apoio Familiar (FAF)	≥ 1	N/a	---		



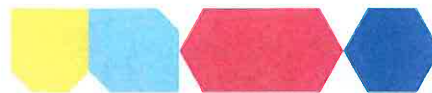
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual	
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%	
	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expetativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 80%	92%	100%	
Taxa de execução dos Planos Individuais			≥ 85%	83%	98%		
Média do cumprimento dos apoios individuais			≥ 0,85	0,81	95%		
Clientes	Abordagem centrada na pessoa	Implementar formação interna em abordagem centrada na pessoa	Taxa de colaboradores com formação nesta abordagem	≥ 80%	96%	100%	
	Qualidade de vida	Promover a qualidade de vida dos clientes	Índice médio de qualidade de vida	≥ 72%	91%	100%	
	Inclusão	Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 73%	84%	100%	
	Vida independente	Promover a autodeterminação e vida independente dos clientes	N.º de ações para a promoção da autodeterminação e vida independente	≥ 1	7	100%	
	Desempenho Operacional	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do CACI	Taxa de execução de atividades ocupacionais	≥ 85%	84%	99%
				Taxa de execução de atividades terapêuticas	≥ 80%	81%	100%
Taxa de execução das atividades de interação com o meio				≥ 82%	91%	100%	
Taxa de execução das atividades socialmente úteis				≥ 70%	N/a	---	
Taxa de execução das atividades de qualificação para a inclusão social e profissional				≥ 70%	N/a	---	
Número de divulgações de programas e serviços				≥ 5	7	100%	
Ações e Atividades Complementares do CACI		Desenvolver ações de capacitação junto de famílias, de forma a sensibilizá-las para a importância da saúde preventiva junto de clientes	≥ 1	3	100%		
		Promover ações de sensibilização de forma a promover o envolvimento na comunidade na inclusão de clientes	≥ 1	4	100%		



Lar Residencial (LAR)

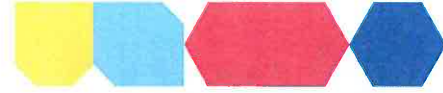
Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%
	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 80%	92%	100%
Taxa de execução dos Planos Individuais			≥ 85%	81%	95%	
Clientes	Abordagem centrada na pessoa	Implementar formação interna em abordagem centrada na pessoa	Taxa de colaboradores com formação nesta abordagem	≥ 80%	84%	100%
	Qualidade de vida	Promover a qualidade de vida dos clientes	Índice médio de qualidade de vida	≥ 72%	84%	100%
	Inclusão	Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 73%	27%	37%
Desempenho Operacional	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do LAR	Número de camas temporárias	≥ 10	28	100%
			Número de acompanhamentos em serviço ao exterior (saúde)	≥ 40	44	100%
			Número de atividades socioculturais	≥ 50	63	100%
			Número de atividades complementares	≥ 12	26	100%
			Número de divulgações de programas e serviços	≥ 5	13	100%
	Ações e Atividades Complementares do LAR		Ação de sensibilização sobre a importância das consultas de saúde da mulher/homem	≥ 1	1	100%
			Participação em atividades de caráter lúdico e recreativo/animação sociocultural, na comunidade	≥ 1	3	100%



A

Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual	
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	100%	100%	
	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 80%	98%	100%	
Clientes	Abordagem centrada na pessoa	Implementar formação interna em abordagem centrada na pessoa	Taxa de execução dos Planos Individuais	≥ 85%	91%	100%	
			Taxa de colaboradores com formação nesta abordagem	≥ 80%	100%	100%	
	Qualidade de vida	Promover a qualidade de vida dos clientes	Índice médio de qualidade de vida	≥ 72%	75%	100%	
	Inclusão	Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 73%	100%	100%	
	Vida independente	Promover a autodeterminação e vida independente dos clientes	N.º de ações para a promoção da autodeterminação e vida independente	≥ 1	2	100%	
Desempenho Operacional	Indicadores de Desempenho da RAI		Taxa de execução das atividades dos PI's	≥ 86%	91%	100%	
			Taxa de execução de atividades de inclusão, participação e autonomização	≥ 85%	100%	100%	
			Número de divulgações de programas e serviços	≥ 4	7	100%	
			Taxa de participação dos clientes em atividades inclusivas	≥	100%	100%	
			Número de integrações na comunidade	≥ 5	7	100%	
	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Ações e Atividades Complementares da RAI		Promover um encontro entre os residentes e respetivas famílias, na comunidade	≥ 1	1	100%
				Divulgar a RAI, em conjunto com os residentes, fomentando a sua participação plena e ativa na comunidade	≥ 1	1	100%
				Participar em Workshops que promovam a autonomia	≥ 1	5	100%
				Fortalecer laços intergeracionais para promover uma comunidade mais inclusiva	≥ 1	1	100%

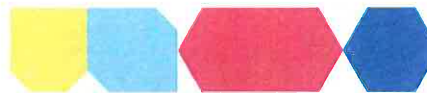


Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	95%	95%
	Desempenho Operacional	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do CRI	Número total de alunos acompanhados pelo CRI	≥ 197	216
Taxa de implementação dos Planos de Ação				= 100%	91%	91%
Taxa de execução dos planos de intervenção				≥ 80%	97%	100%
Taxa de execução dos serviços especializados				= 90%	65%	72%
Número de alunos em PIT				≥ 42	59	100%
Taxa de concretização dos objetivos do PIT				≥ 92%	88%	96%
Número de alunos em estágio				≥ 25	27	100%
Número de parceiros				≥ 25	27	100%
Satisfação das Coordenações de Equipas de Educação Especial				≥ 95%	100%	100%
Ações e Atividades Complementares do CRI						Sensibilizar a comunidade educativa para a transição para a vida pós-escolar dos jovens com deficiência e incapacidade
	Renovação da acreditação do CRI	= 5	5			100%

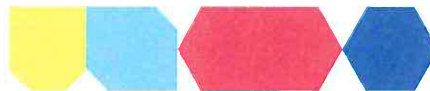
Centro de Recursos para o Emprego (CRE)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Anual	Exec. Anual
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	129%	100%
	Desempenho Operacional	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do CRE	Nº de candidatos – IAOQE- Informação, avaliação e Orientação para a Qualificação e Emprego	≥ 40	51
Nº de candidatos – AC (Apoio à Colocação)				≥ 20	33	100%
Nº de candidatos – APC (Acompanhamento Pós Colocação)				≥ 10	6	60%
Taxa de Manutenção do Emprego				≥ 52%	71%	100%
Nº Apoios em IAOQE				≥ 80	228	100%
Nº Apoios AC em Apoio à Colocação				≥ 50	75	100%
Nº Apoios APC Acompanhamento Pós Colocação				≥ 30	58	100%
Número de divulgações de programas e serviços				≥ 5	15	100%
Nº de Integrações (CEI/Estágios/contratos)				≥ 6	6	100%
Ações e Atividades Complementares do CRE						Realizar uma mostra laboral aberta à comunidade tendo como tema a Empregabilidade e o Acesso à Formação Profissional
	Desenvolver ações de sensibilização sobre a "Procura Ativa de Emprego" para o tecido empresarial e os destinatários	≥ 1	12			100%



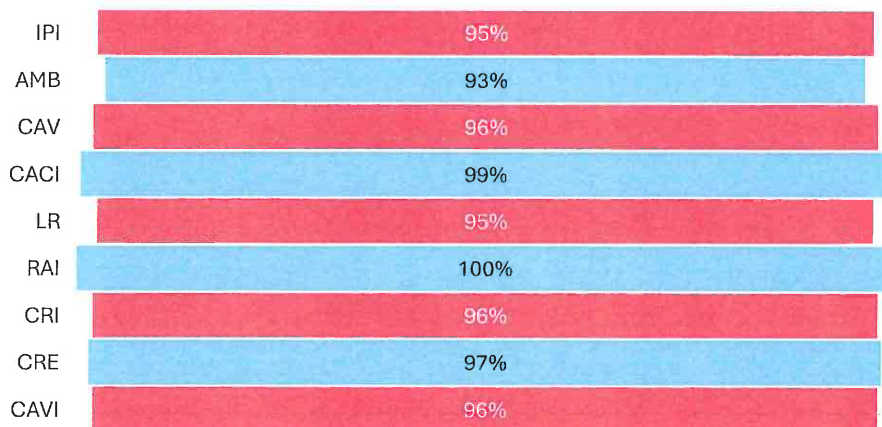
Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI)

Eixos	Desafios	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Metas	Annual	Exec. Annual	
Resp. Sociais	Acordos de Cooperação	Garantir a cobertura mensal de clientes previstos nos acordos de cooperação	Taxa de cumprimento dos acordos de cooperação	≥ 100%	71%	71%	
	Clientes	Satisfação dos clientes	Satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes	Índice médio de satisfação dos clientes	≥ 80%	94%	100%
Taxa de execução dos Planos Individuais				≥ 85%	97%	100%	
Média do cumprimento dos apoios Individuais				≥ 0,85	0,87	100%	
Abordagem centrada na pessoa		Implementar formação interna em abordagem centrada na pessoa	Taxa de colaboradores com formação nesta abordagem	≥ 80%	100%	100%	
Inclusão		Aumentar a inclusão e a participação social dos clientes na sociedade	Taxa de participação em atividades de inclusão	≥ 73%	99%	100%	
Desempenho Operacional	Vida Independente	Promover a autodeterminação e vida independente dos clientes	N.º de ações para a promoção da autodeterminação e vida independente	≥ 1	1	100%	
	Respostas Sociais e Serviços Especializados	Indicadores de Desempenho do CAVI	Número de horas de assistência pessoal	≥ 39159	37592	96%	
			Taxa de satisfação dos pedidos de AP de substituição	≥ 70%	90%	100%	
			Taxa de adesão nas reuniões Interpares	≥ 60%	60%	100%	
			Número de divulgações do serviço	≥ 5	5	100%	
			Número de horas de formação para assistentes pessoais (Inicial e Adicional)	≥ 250	398	100%	
			Número de visitas em contexto	≥ 16	27	100%	
			Número de atendimentos relativos à implementação prática do PIAP	≥ 48	70	100%	
			Número de atividades complementares	≥ 3	2	67%	
			Ações e Atividades Complementares do CAVI	Divulgação do serviço de assistência pessoal como recurso no apoio das atividades à educação formal, a alunos com idade igual ou superior a 14 anos	≥ 1	1	100%
				Divulgação do serviço de assistência pessoal como recurso na transição para a vida pós-escolar da pessoa com deficiência ou incapacidade	≥ 1	1	100%
	Promover ações de sensibilização para entidades empregadoras e/ou outras instituições relevantes sobre o papel do assistente pessoal	≥ 1		1	100%		



(Handwritten signature)

Taxa de Execução do Desempenho Operacional por Resposta Social/Serviço





ANEXO II

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS

DADOS INSTITUIÇÃO

Nome

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL DE FARO

NIPC

509656226

Natureza Jurídica

IPSS

Telefone

289 82 88 14

Morada Sede

RUA DA GUINÉ-BISSAU, 2
8005 - 203 FARO

Email

INFO@APPC-FARO.ORG.PT

Identificação do Equipamento

Resposta Social

N.º Médio Utentes

APPC-FARO SEDE

AMBULATÓRIO
CACI I
CACI II
INTERVENÇÃO PRECOCE
CENTRO DE APOIO À VIDA
SERVIÇO DE APOIO À VIDA INDEPEND.
CENTRO DE RECURSOS P/ INCLUSÃO

100
37
19
60
20
30
216

LAR RESIDENCIAL E RESIDÊNCIA AUTÓNOMA APPC FARO

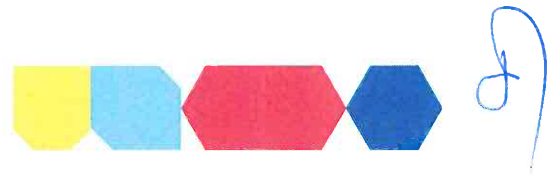
LAR RESIDENCIAL
RESIDÊNCIA DE AUTONOMIZ. E INCL.

20
5

APROVADO PELA DIREÇÃO

DATA

23 de março de 2026



BALANÇO

ANO DE 2025

9

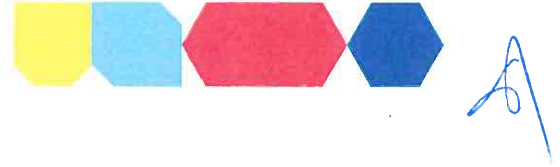
RUBRICAS	NOTAS	ANO DE 2025	ANO DE 2024
ATIVO			
<u>ATIVO NÃO CORRENTE</u>			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	5	1 447 581,91 €	1 515 891,60 €
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL			
PROPRIEDADE DE INVESTIMENTO			
ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	5	29 330,64 €	29 330,64 €
ATIVOS INTANGÍVÉIS	6	100 714,35 €	103 963,20 €
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	7	13 082,27 €	13 082,27 €
FUND. / BENEM. / PATROCINAD. / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS			
		1 590 709,17 €	1 662 267,71 €
<u>ATIVO CORRENTE</u>			
INVENTÁRIOS	8	2 064,66 €	2 204,61 €
CLIENTES	9	551,22 €	811,60 €
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES			1 769,66 €
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	10	19 075,37 €	14 630,76 €
FUND. / BENEM. / PATROCINAD. / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS	11	189,50 €	330,00 €
OUTRAS CONTAS A RECEBER	12	73 204,91 €	9 127,98 €
DIFERIMENTOS	13	6 979,64 €	5 615,02 €
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS			
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	14	131 228,44 €	298 736,61 €
		233 293,74 €	333 226,24 €
TOTAL DO ATIVO		1 824 002,91 €	1 995 493,95 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
<u>FUNDOS PATRIMONIAIS</u>			
FUNDOS			
EXCEDENTES TÉCNICOS			
RESERVAS			
RESULTADOS TRANSITADOS	15	331 074,11 €	327 937,02 €
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO			
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	6, 15, 21	1 212 938,63 €	1 199 169,96 €
RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	15	-55 107,69 €	3 137,09 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		1 488 905,05 €	1 530 244,07 €
PASSIVO			
<u>PASSIVO NÃO CORRENTE</u>			
PROVISÕES	24		
PROVISÕES ESPECÍFICAS			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	5, 17		9 790,28 €
OUTRAS CONTAS A PAGAR			
			9 790,28 €
<u>PASSIVO CORRENTE</u>			
FORNECEDORES	16	23 057,92 €	24 934,64 €
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES			
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	10	52 199,42 €	55 681,55 €
FUND. / BENEM. / PATROCINAD. / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	5, 17		28 505,11 €
DIFERIMENTOS	13		9 345,63 €
OUTRAS CONTAS A PAGAR	18	259 840,52 €	336 992,67 €
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS			
		335 097,86 €	455 459,60 €
TOTAL DO PASSIVO		335 097,86 €	465 249,88 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		1 824 002,91 €	1 995 493,95 €

A Direção

Paula Teixeira
Ana Luísa Sousa
Col. Paulo José Soares

O Contabilista Certificado





DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANO DE 2025

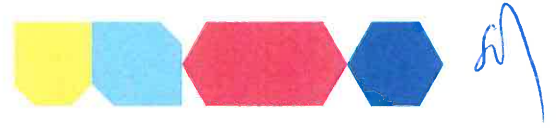
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

CÓD. CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ANO DE 2025	ANO DE 2024
71	VENDAS			
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	19	2 224 448,28 €	1 986 559,53 €
721-5	Quotizações / Mensalidades / Outros		211 685,54 €	204 827,61 €
726	Acordos de Cooperação Segurança Social		2 012 762,74 €	1 781 731,92 €
75	SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS	20	315 544,47 €	349 271,89 €
751	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		250 953,34 €	294 731,91 €
752	OUTRAS ENTIDADES			
753	DOAÇÕES E HERANÇAS		64 591,13 €	54 539,98 €
73	VARIAÇÕES NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO			
74	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE			
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	8	-7 914,12 €	-7 474,04 €
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	25	-429 829,23 €	-388 800,65 €
621	SUBCONTRATOS		-118 668,89 €	-111 237,98 €
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		-142 598,66 €	-85 505,10 €
623	MATERIAIS		-18 057,33 €	-11 903,69 €
624	ENERGIA E FLUIDOS		-90 558,45 €	-91 547,50 €
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES		-9 084,82 €	-7 090,44 €
626	SERVIÇOS DIVERSOS		-50 861,08 €	-81 515,94 €
63	GASTOS COM PESSOAL	22	-2 141 715,75 €	-1 884 516,71 €
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL		-1 754 018,03 €	-1 545 700,66 €
634	INDEMINIZAÇÕES		-7 110,28 €	-4 153,04 €
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES		-355 547,15 €	-311 362,61 €
636	SEGÚROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS		-15 649,93 €	-15 749,73 €
638	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL		-9 390,36 €	-7 550,67 €
652 / 7622	AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIOS (Perdas / Reversões)			
651 / 7621	IMPARIIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (Perdas / Reversões)			
67 / 763	PROVISÕES (Aumentos / Reduções)	24		
678 / 7638	PROVISÕES ESPECÍFICAS (Aumentos / Reduções)			
64X / 76X	OUTRAS IMPARIIDADES (Perdas / Reversões)			
66 / 77	AUMENTOS / REDUÇÕES DE JUSTO VALOR			
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	4, 21	159 670,08 €	115 339,91 €
781	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES		9 446,62 €	12 159,93 €
787	RENDIMENTOS E GANHOS EM INVESTIMENTOS NÃO FINANCEIROS		1 500,00 €	
782/8	OUTROS RENDIMENTOS SUPLEMENTARES		148 723,46 €	103 179,98 €
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	4, 25	-3 857,66 €	-6 726,64 €
	Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		116 346,07 €	163 653,29 €
64 / 761	GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO	5, 6	-170 122,21 €	-157 868,76 €
	Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		-53 776,14 €	5 784,53 €
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	21	58,26 €	67,40 €
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	17, 25	-1 279,60 €	-2 714,84 €
	Resultado Antes de Impostos		-54 997,48 €	3 137,09 €
812	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	10	-110,21 €	
	Resultado Líquido do Período	15	-55 107,69 €	3 137,09 €

A Direção

O Contabilista Certificado

Carla Teixeira
Ana Luísa Sousa
Paulo Manuel Pereira



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ANO DE 2025

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



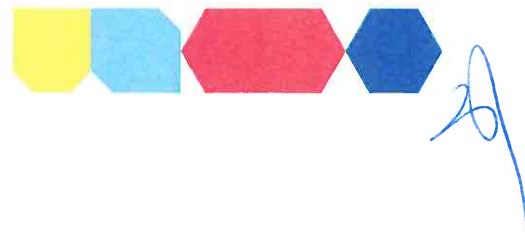
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO</u>			
RECEBIMENTOS DE CLIENTES E UTENTES	9, 19	212 086,42	204 121,01
PAGAMENTOS DE SUBSIDIOS			
PAGAMENTOS DE APOIOS			
PAGAMENTOS DE BOLSAS			
PAGAMENTOS A FORNECEDORES	16, 25	-462 837,35	-420 223,95
PAGAMENTOS AO PESSOAL	22	-1 483 675,62	-1 292 166,62
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		-1 734 426,55	-1 508 269,56
<u>PAGAMENTO/RECEBIMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO</u>			
	10	0,00	0,00
<u>OUTROS RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS</u>			
RECEBIMENTOS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO, SUBSÍDIOS E PROJETOS	20	2 173 965,58	2 069 550,45
RECEBIMENTOS DE DONATIVOS E OUTROS REND. SUPLEMENTARES	20	67 833,10	58 319,40
OUTROS RECEBIMENTOS		7 952,47	7 703,65
OUTROS PAGAMENTOS		-632 568,40	-540 597,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		-117 243,80	86 706,94
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
<u>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</u>			
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	5	-94 951,48	-204 000,31
ACTIVOS FIXOS INTANGIVEIS			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
OUTROS ACTIVOS			
<u>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</u>			
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS		1 500,00	
ACTIVOS FIXOS INTANGIVEIS			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
OUTROS ACTIVOS			
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	21	83 000,00	20 000,00
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	21	58,26	67,40
DIVIDENDOS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-10 393,22	-183 932,91
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
<u>RECEBIMENTOS RESPEITANTES A:</u>			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS			
REALIZAÇÃO DE FUNDOS			
COBERTURA DE PREJUIZOS			
DOAÇÕES			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			
<u>PAGAMENTOS PROVENIENTES DE:</u>			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	17	-38 295,39	-27 069,10
JUROS E GASTOS SIMILARES	25	-1 575,76	-2 954,84
DIVIDENDOS			
REDUÇÕES DE FUNDOS			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-39 871,15	-30 023,94
<u>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)</u>		-167 508,17	-127 249,91
<u>EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO</u>			
<u>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO</u>		298 736,61	425 986,52
<u>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</u>		131 228,44	298 736,61

A Direção

O Contabilista Certificado

Paula Teixeira
Ana Luísa Sousa
Ab. Paulo da Silva





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2025



1. Identificação da Entidade

Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro, contribuinte n.º. 509656226, com sede em Rua da Guiné-Bissau, n.º.2 8005-203 Faro. Constituída em 27 de dezembro de 2004 com respetiva publicação no Diário da República 3ª. Série n.º. 25 de 04 de fevereiro de 2005, tendo como atividade principal Actividades de Apoio Social para Pessoas c/ Deficiência c/ Alojamento (CAE 87302).

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social com utilidade pública, reconhecida pela Direcção Geral da Segurança Social, registada sob o número 60/2007 a fls. 149 vº. e 150 do livro n.º. 11 das Associações de Solidariedade Social, conforme declaração publicada em Diário da República 2ª. Série n.º. 156 de 14 de agosto de 2007. De acordo com o Art.º. 8º. dos seus Estatutos, *“A Associação tem por objetivo a prevenção, habilitação, participação, inclusão social e apoio à família da pessoa com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras”*.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas e elaboradas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade de acordo com o referencial da norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 36-A/2011 de 09 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º. 98/2015 de 02 de junho.

O sistema de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo é composto pelos seguintes instrumentos:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras;
- Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (Aviso n.º. 8259/2015 de 29 de julho);
- Normas interpretativas (Aviso n.º. 8258/2015 de 29 de julho);
- Código de contas (Portaria n.º. 218/2015 de 23 de julho);
- Modelos de demonstrações financeiras (Portaria n.º. 220/2015 de 24 de julho);

A sua adoção ocorreu pela primeira vez no exercício de 2012, não tendo sido derrogadas quaisquer das disposições previstas na norma.

Em 2024 foi adotada a “FAQ 39” divulgada em 24 de novembro de 2023 relacionada com o enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação celebrados entre as entidades do setor não lucrativo e o Estado, para fazer face a respostas sociais e a respetiva alteração na contabilização. Esta alteração contabilística modificou a contabilização dos montantes relativos aos acordos de cooperação que passaram a ser reconhecidos na conta 72 – Prestações de Serviços ao invés da conta 75 - Subsídios à Exploração. Por ter sido adotada pela primeira vez em 2024 com continuidade para 2025, não foi afetada a comparabilidade das demonstrações financeiras pelo que não há quaisquer reconciliações a efetuar.

3. Principais Políticas Contabilísticas

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a APPC-Faro continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do setor não lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimo” e “Diferimentos”.

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorram alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Compensação;

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorram alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação;

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Informação Comparativa;

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Não se verificaram alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas não foram afetadas no presente exercício.

6

Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão. incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações.

Políticas de reconhecimento e mensuração:

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis às ações necessárias para os colocar em funcionamento/utilização, deduzidos das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, se existirem. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à APPC Faro a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações foram calculadas, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL ESTIMADA
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	NÃO SÃO AMORTIZADOS
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	DE 10 A 50 ANOS
EQUIPAMENTO BÁSICO	DE 4 A 8 ANOS
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	DE 4 A 8 ANOS
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	DE 3 A 8 ANOS
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	DE 4 A 7 ANOS

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Estas últimas são reconhecidas apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a APCV e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As depreciações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Empréstimos Obtidos

Os empréstimos obtidos encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos e os respetivos encargos financeiros associados são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros que se encontram com saldo no final do período e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pelos montantes realizáveis líquidos.



Locações

Os contratos de locações são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado;
- Locações operacionais nos restantes casos.

Os Ativos Fixos Tangíveis por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações efetuado de acordo com a política do ativos fixos tangíveis. Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto do Regime do Acréscimo.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Inventários

As mercadorias e matérias-primas estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A APPC-Faro adota como método de custeio dos inventários o FIFO.

Fornecedores

As dívidas registadas em fornecedores e outras contas a pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal.



Clientes e Outras Contas a Receber

As dívidas dos clientes e outros créditos a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, por forma a retratar o valor realizável líquido.

Caso existam, as perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Imposto Sobre o Rendimento

Conforme descrito na nota 1, a APPC-Faro é uma instituição particular de solidariedade social com utilidade pública, reconhecida pela Direção Geral da Segurança Social. Face a esse reconhecimento, goza de isenção automática de IRC, nos termos da b) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC.

Porém, de acordo com o n.º 3 do artigo 10º: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários ...”. A APPC-Faro apresenta, neste âmbito, rendimentos gerados pelas suas atividades que, nos termos do n.º 5 do art.º 87, serão sujeitos a IRC à taxa de 20 % sobre a matéria coletável determinada de acordo com o disposto no art.º 53º e art.º 54º do Código do IRC.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui os montantes em caixa e em depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis.

Vendas, Serviços Prestados e Outros Rendimentos

Correspondem ao justo valor do montante recebido ou a receber pelas atividades desenvolvidas pela APPC-Faro e são reconhecidos líquidos de abatimentos e descontos no período a que estes se referem, independentemente da data do seu recebimento.



Subsídios e Apoios de Entidades Públicas

Os subsídios de entidades públicas apenas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma certeza razoável de que a APPC-Faro reúne as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos como compensação por gastos ou perdas incorridas, são reconhecidos como rendimento no período a que respeitam.

Os subsídios relacionados com ativos encontram-se apresentados no balanço como uma componente dos fundos patrimoniais, sendo reconhecidos como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período. De igual modo se procede para as doações em espécie de ativos e para as doações em numerário que corresponderão no futuro à aquisição de ativos

Rendimentos financeiros

Os juros ou outros rendimentos financeiros são reconhecidos em cada período, relativos a ativos, são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e atendendo ao regime do acréscimo

Fundos Patrimoniais

A rubrica fundos patrimoniais constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os fundos patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.



Ativos e Passivos Não Correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídios de férias e de natal, diuturnidades, isenção de horário de trabalho, subsídios de turno, de alimentação, de coordenação, retribuições eventuais por trabalho extraordinário e/ou noturno e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção assim como as contribuições para a Segurança Social decorrentes da legislação em vigor

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Acontecimentos Após a Data do Balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras.



Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço, se forem considerados materialmente relevantes, são divulgados no anexo.

Fontes de Incerteza das Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram tidos em conta diversos pressupostos e estimativas que afetam ativos e passivos, gastos e rendimentos do período. Essas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data, mas poderão, no entanto, ocorrer situações em períodos subsequentes que não foram consideradas nessas estimativas. Tais alterações serão corrigidas de forma prospetiva na demonstração de resultados

4. Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Foram reconhecidos em gastos neste exercício o saldo final dos projetos financiados pelo Instituto Nacional de Reabilitação relativos ao ano de 2023 em que foi apurado um montante total a restituir de 358,35 €. A este reconhecimento acresce o montante de 89,62 € proveniente de uma correção de depreciações referentes a 2023

Por outro lado, foram reconhecidos em rendimentos os seguintes montantes:

- 2 827,72 € relativos ao “Programa de Apoio ao Associativismo” do Município de Faro, que financiou em 2025 diversos equipamentos alvo de amortizações no ano de 2024;
- 2027,14 € referentes a excesso de estimativa de férias e subsídios de férias de 2024;
- Um total de 36 105,72 € proveniente de valores recebidos de projetos que por prudência não haviam sido reconhecidos e que, vários anos após o encerramento dos mesmos, não existiram quaisquer diligências relativamente aos mesmos.
- Anulação de saldos credores acumulados e nunca reclamados e sem quaisquer contactos ao longo de diversos anos de contas correntes de fornecedores (755,23 €), de contas correntes de fornecedores de investimentos (2 500,08 €), de pessoal (3 922,96 €) e de terceiros (1 144,13 €)



5. Ativos Fixos Tangíveis

A APPC-Faro não detém quaisquer ativos classificados como património histórico, artístico e cultural.

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis encontram-se discriminados no quadro seguinte:

Relação de Movimentos nas Contas de Ativos Fixos Tangíveis

RUBRICAS	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇ.	EQUIP. BÁSICO	EQUIP. TRANSPORTE	EQUIP. ADMINISTR.	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL	
QUANTIA ESCRIT. BRUTA EM 01/01/2024	4 987,98 €	2 992 165,59 €	398 990,58 €	390 744,38 €	209 186,90 €	1 894,25 €	2 003,00 €	3 999 972,68 €	
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	0,00 €	-1 611 675,56 €	-383 173,15 €	-390 744,38 €	-195 807,59 €	-1 894,25 €	0,00 €	-2 583 294,93 €	
QUANTIA ESCRIT. LÍQUIDA EM 01/01/2024	4 987,98 €	1 380 490,03 €	15 817,43 €	0,00 €	13 379,31 €	0,00 €	2 003,00 €	1 416 677,75 €	
2024	AQUISIÇÕES / DOAÇÕES	61 071,97 €	47 221,16 €	106 640,87 €	10 949,06 €		24 054,91 €	251 378,51 €	
	REVALORIZAÇÕES								
	TRANSFERÊNCIAS								
	ALIENAÇÕES / ABATES								
	DEPRECIAÇÕES		-106 566,04 €	-10 956,58 €	-26 660,22 €	-10 437,07 €			-154 619,91 €
	REGULARIZAÇÕES		2 455,25 €						2 455,25 €
PERDAS POR IMPARIDADES									
QUANTIA ESCRIT. BRUTA EM 31/12/2024	6 428,52 €	3 055 692,81 €	446 211,74 €	497 385,25 €	220 135,96 €	1 894,25 €	26 057,91 €	4 253 806,44 €	
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	0,00 €	-1 718 241,60 €	-394 129,73 €	-417 404,60 €	-206 244,66 €	-1 894,25 €	0,00 €	-2 737 914,84 €	
QUANTIA ESCRIT. LÍQUIDA EM 31/12/2024	6 428,52 €	1 337 451,21 €	52 082,01 €	79 980,65 €	13 891,30 €	0,00 €	26 057,91 €	1 515 891,60 €	
2025	AQUISIÇÕES / DOAÇÕES		32 101,00 €	7 679,86 €	48 398,25 €	2 108,92 €	7 469,05 €	97 757,08 €	
	REVALORIZAÇÕES								
	TRANSFERÊNCIAS		26 840,96 €					-26 840,96 €	
	ALIENAÇÕES / ABATES				-108 548,40 €				-108 548,40 €
	DEPRECIAÇÕES		-108 715,59 €	-11 903,15 €	-38 759,78 €	-7 584,46 €			-166 962,98 €
	REGULARIZAÇÕES		896,21 €						896,21 €
PERDAS POR IMPARIDADES									
QUANTIA ESCRIT. BRUTA EM 31/12/2025	6 428,52 €	3 115 530,98 €	453 891,60 €	437 235,10 €	222 244,88 €	1 894,25 €	6 686,00 €	4 243 911,33 €	
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	0,00 €	-1 826 957,19 €	-406 032,88 €	-347 615,98 €	-213 829,12 €	-1 894,25 €	0,00 €	-2 796 329,42 €	
QUANTIA ESCRIT. LÍQUIDA EM 31/12/2025	6 428,52 €	1 288 573,79 €	47 858,72 €	89 619,12 €	8 415,76 €	0,00 €	6 686,00 €	1 447 581,91 €	

Encontra-se contabilizado na rubrica Edifícios e Outras Construções o edifício afeto ao Lar Residencial e Residência Autónoma que constitui garantia de um empréstimo de 350 000,00 € contraído para financiar a empreitada de construção do mesmo. No final de 2025 procedeu-se à amortização total do empréstimo, estimando-se para meados de 2026 a conclusão das diligências de cancelamento da hipoteca.



Desde 2024, por ter sido a APPC-Faro beneficiária de uma herança, que está registado na conta 46 – Ativos não Correntes Detidos para Venda e por isso não sujeito a depreciações, ½ de um prédio urbano que tem um valor patrimonial atual de 58 661,27 €. Encontra-se escriturados por 29 330,64 €.

A Direção tem a intenção de alienar este prédio urbano assim que possível.

6. Ativos Fixos Intangíveis

O valor reconhecido na conta de ativos intangíveis corresponde unicamente à doação, pelo prazo de 50 anos, efetuada pelo Município de Faro à APPC-Faro, dos direitos de superfície de um terreno com o objectivo de nele ser edificado o Lar Residencial e Residência Autónoma referido na nota anterior. Foi escriturado por 162 442,50 € e está a ser amortizado pelo método da linha reta à taxa de 2%, apresentando neste momento os seguintes valores contabilizados:

Relação de Movimentos nas Contas de Ativos Intangíveis

RUBRICAS	DIREITOS DE SUPERFÍCIE - TERRENOS	
	2025	2024
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA A 01/01	162 442,50 €	162 442,50 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	-58 479,30 €	-55 230,45 €
QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA A 01/01	103 963,20 €	107 212,05 €
AQUISIÇÕES / DOAÇÕES		
REVALORIZAÇÕES		
TRANSFERÊNCIAS / ALIENAÇÕES / ABATES		
DEPRECIAÇÕES	-3 248,85 €	-3 248,85 €
PERDAS POR IMPARIDADES		
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA A 31/12	162 442,50 €	162 442,50 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	-61 728,15 €	-58 479,30 €
QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA A 31/12	100 714,35 €	103 963,20 €



7. Investimentos Financeiros

À data de fecho do Balanço, a Associação detém os seguintes valores escriturados na conta Investimentos Financeiros:

RUBRICAS	2025	2024
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	13 082,27 €	13 082,27 €
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS		
FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	10 689,22 €	10 689,22 €
OUTROS	2 393,05 €	2 393,05 €

A alteração do regime jurídico dos fundos de compensação promovido pelo Decreto-Lei n.º 115/2023 de 15 de dezembro que reformulou os objetivos do fundo de compensação do trabalho e permite até ao final de 2026 o resgate destes montantes em benefício dos trabalhadores.

É intenção da Direção no ano de 2026 mobilizar estes montantes no sentido de financiar a qualificação e a formação certificada dos seus trabalhadores.

8. Inventários

À data de 31 de dezembro de 2025, estavam reconhecidos nas rubricas de inventários, o valor de 2 064,66 €.

RUBRICAS	2025	2024
INVENTÁRIOS	2 064,66 €	2 204,61 €
MERCADORIAS	1 912,14 €	1 804,68 €
GÉNEROS ALIMENTARES	152,52 €	399,93 €

Apurou-se da seguinte forma o C.M.V.M.C.:

RUBRICAS	2025	2024
SALDO INICIAL	2 204,61 €	107,70 €
COMPRAS	6 901,72 €	8 667,85 €
DOAÇÕES	872,45 €	903,10 €
REGULARIZAÇÕES	0,00 €	0,00 €
SALDO FINAL	2 064,66 €	2 204,61 €
C.M.V.M.C	7 914,12 €	7 474,04 €

9. Clientes

Em 2025 a conta corrente de clientes apresentava-se da seguinte forma:

RUBRICAS	2025	2024
CLIENTES E UTENTES C/C	551,22 €	811,60 €
ANO 2025	314,97 €	575,35 €
ANOS ANTERIORES	236,25 €	236,25 €

Não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade no período.

10. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 a rubrica estado e outros entes públicos apresentava os seguintes saldos:

RUBRICAS	2025	2024
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
ATIVO	19 075,37 €	14 630,76 €
IVA - A RECUPERAR	19 075,37 €	14 630,76 €
PASSIVO	52 199,42 €	55 681,55 €
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	110,21 €	
RETENÇÃO DE IMP. SOBRE RENDIMENTOS	7 897,25 €	8 127,88 €
IVA - A PAGAR	1 956,64 €	11 215,08 €
CONTRIBUIÇÕES SEGURANÇA SOCIAL	42 235,32 €	36 338,59 €

Os montantes inscritos na rubrica iva a recuperar corresponde aos pedidos de restituição de iva no âmbito do decreto lei 20/90 que permite o reembolso de 50% do iva suportado em bens e serviços (usados na prossecução dos fins estatutários) nas seguintes categorias:

- Construção, manutenção e conservação de imóveis;
- Elementos do ativo fixo tangível;
- Aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas.

Apurou-se um total de IRC a pagar de 110,21€ devido aos rendimentos gerados pelas atividades do bar de pessoal, de aluguer de espaços e venda de brindes. O iva a pagar corresponde maioritariamente a autoliquidações (1 897,33 €) devidas pela contratação de serviços de construção civil (artº. 2 nº.1 alínea j) do código do iva).

11. Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros

Apresentava o seguinte saldo relativamente a quotas a receber por parte dos associados:

RUBRICAS	2025	2024
ASSOCIADOS C/C	189,50 €	330,00 €
ANO 2025	189,50 €	330,00 €
ANOS ANTERIORES		

12. Outras Contas a Receber

No final de 2025 o saldo da rubrica outras contas a receber estava assim discriminado:

RUBRICAS	2025	2024
OUTRAS CONTAS A RECEBER		
FINANCIADORES	9 000,00 €	0,00 €
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL	9 000,00 €	
OUTROS	64 204,91 €	9 127,98 €
MUNICÍPIO DE FARO	25 000,00 €	
IEFP	12 663,09 €	9 127,98 €
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALGARVE	25 930,96 €	
OUTROS	610,86 €	



Estes valores correspondem aos seguintes projetos/atividades:

- ISS – Mobilidade Verde – Aquisição da viatura BT-93-SL;
- Município de Faro – Apoio ao Associativismo
- ULS Algarve – Resposta Social Intervenção Precoce
- IEFP – Saldo Final 2025 Centro de Recursos para o Emprego

13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica diferimentos apresentava os seguintes valores:

RUBRICAS	2025	2024
DIFERIMENTOS		
ATIVO	6 979,64 €	5 615,02 €
<i>GASTOS A RECONHECER</i>	6 979,64 €	5 615,02 €
SEGUROS LIQ. EXERCÍCIOS ANT.	4 649,64 €	4 144,26 €
OUTROS GASTOS A RECONHECER	2 330,00 €	1 470,76 €
PASSIVO	0,00 €	9 345,63 €
<i>RENDIMENTOS A RECONHECER</i>	0,00 €	9 345,63 €
OUTROS RENDIMENTOS A RECONHECER		9 345,63 €

14. Caixa e Depósitos Bancários

A APPC-Faro utiliza na sua contabilidade o euro como moeda principal e à data de encerramento do balanço, não detém quaisquer valores monetários ou não, líquidos ou a receber, que sejam necessários transpor para a moeda principal.

No final do exercício de 2025, o saldo das contas de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

RUBRICAS	2025	2024
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	131 228,44 €	298 736,61 €
CAIXA	5 943,55 €	4 767,86 €
DEPÓSITOS BANCÁRIOS	125 284,89 €	293 968,75 €



15. Fundos Patrimoniais

Neste exercício de 2025 os fundos patrimoniais apresentaram as seguintes alterações:

Nos resultados transitados pela aplicação dos resultados líquidos do exercício anterior e nas outras variações nos fundos patrimoniais:

- Aumentos pelo reconhecimento de subsídios ao investimento e doações em espécie de ativos e para as restantes doações corresponderão no futuro à aquisição de ativos.
- Diminuições pela imputação em rendimentos das correspondentes depreciações dos ativos financiados/doados

RUBRICAS	2025	2024
RESULTADOS TRANSITADOS		
SALDO INICIAL	327 937,02 €	314 511,57 €
APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO	3 137,09 €	13 425,45 €
SALDO FINAL	331 074,11 €	327 937,02 €
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS		
SALDO INICIAL	1 199 169,96 €	1 205 871,65 €
AUMENTOS	112 000,00 €	78 528,24 €
DIMINUIÇÕES	-98 231,33 €	-85 229,93 €
SALDO FINAL	1 212 938,63 €	1 199 169,96 €
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-55 107,69 €	3 137,09 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	1 488 905,05 €	1 530 244,07 €

16. Fornecedores

Em 2025, o saldo de fornecedores estava dividido da seguinte forma:

RUBRICAS	2025	2024
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		1 769,66 €
FORNECEDORES	23 057,92 €	24 934,64 €
FORNECEDORES C/C	23 352,32 €	23 276,54 €
FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS	-294,40 €	1 658,10 €

Não existem à data de fecho do balanço quaisquer dívidas a fornecedores de investimentos. O montante negativo no final do exercício corresponde a acertos com um fornecedor que serão regularizados pelo mesmo em 2026.

17. Financiamentos Obtidos

A APPC-Faro constituiu em 2010 um empréstimo para a construção do lar e residência autónoma que foi totalmente amortizado em 2025. Durante a sua vigência não existiram quaisquer capitalizações de custos nem existiram quaisquer incumprimentos.

RUBRICAS	2025	2024
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		
SALDO INICIAL	38 295,39 €	65 364,49 €
REFORÇOS	0,00 €	0,00 €
AMORTIZAÇÕES	38 295,39 €	27 069,10 €
SALDO FINAL	0,00 €	38 295,39 €
JUROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	1 015,41 €	2 714,84 €

18. Outras Contas a Pagar

RUBRICAS	2025	2024
OUTRAS CONTAS A PAGAR	259 840,52 €	336 992,67 €
PESSOAL (REMUNERAÇÕES E OUTROS)	-226,28 €	2 981,90 €
SEGUROS A LIQUIDAR		2 099,92 €
ESTIMATIVA DE FÉRIAS E SUB. FÉRIAS	242 037,34 €	227 865,22 €
CREDORES POR ACRESCIMO DE GASTOS	9 781,64 €	12 725,06 €
OUTROS	8 247,82 €	91 320,57 €

A quase totalidade dos montantes a pagar em 2026 refere-se à estimativa dos valores a pagar a título de férias e subsídio de férias referentes ao ano de 2025, mas que apenas será pago aos trabalhadores no ano de 2026.

Os valores na rubrica credores por acréscimo de gastos correspondem ao reconhecimento de diversos gastos do período de 2025 cuja faturação ocorrerá apenas no período seguinte.

41

19. Vendas Prestações de Serviços

O quadro seguinte mostra a evolução destas rubricas nos períodos de 2024 e 2025:

RUBRICAS	2025	2024
VENDAS		
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2 224 448,28 €	1 986 559,53 €
MENSALIDADES DE UTENTES	193 728,79 €	187 229,36 €
CONSULTAS E TRATAMENTOS	15 176,25 €	15 631,25 €
QUOTIZAÇÕES	2 780,50 €	1 967,00 €
ACORDOS DE COOPERAÇÃO SEG. SOCIAL	2 012 762,74 €	1 781 731,92 €

Em 2024 a APPC-Faro pela “FAQ 39” da Comissão de Normalização Contabilística passou a reconhecer os montantes relativos aos acordos de cooperação das respostas sociais ambulatório, centro de atividades de capacitação e inclusão, intervenção precoce na infância, centro de apoio à vida, lar residencial, residência de autonomização e inclusão e serviço de apoio à vida independente nas prestações de serviços ao invés de reconhecer em subsídios à exploração (aí reconhecidos até ao exercício de 2023, inclusive).

20. Subsídios à Exploração e Doações

Segue-se a desagregação dos subsídios à exploração e doações em 2025 e 2024:

RUBRICAS	2025	2024
SUBSÍDIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS	250 953,34 €	294 731,91 €
SEGURANÇA SOCIAL		60 488,72 €
DGESTE	167 783,17 €	153 593,58 €
IEFP	41 108,33 €	39 757,77 €
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALGARVE	33 091,84 €	33 091,84 €
AUTARQUIAS	8 970,00 €	7 800,00 €
DOAÇÕES	64 591,13 €	54 539,98 €



21. Outros Rendimentos

Os restantes rendimentos estão discriminados da seguinte forma:

RUBRICAS	2025	2024
RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	9 446,62 €	12 159,93 €
GANHOS EM INVESTIMENTOS NÃO FINANC.	1 500,00 €	
OUTROS RENDIMENTOS	148 723,46 €	103 179,98 €
CORREÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANT.	49 322,58 €	13 409,20 €
IMPUT. DE SUBSÍDIOS P/ INVESTIMENTOS	84 004,58 €	68 865,31 €
IMPUTAÇÃO DOAÇÕES	11 399,03 €	14 299,03 €
OUTROS	3 997,27 €	6 606,44 €
JUROS DE DEPÓSITOS	58,26 €	67,40 €

Os montantes reconhecidos relativos à imputação dos subsídios para investimentos e doações que correspondem a ativos encontram-se discriminadas nos mapas abaixo:

INVESTIMENTOS	MONTANTE SUBSÍDIO	2025		2024	
		IMPUTAÇÕES	LÍQUIDO	IMPUTAÇÕES	LÍQUIDO
EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE	1 876 024,74 €	-33 087,34 €	761 008,74 €	-33 087,34 €	794 096,08 €
EMP. DE CONSTR. DO EDIF. LAR E RESID. AUTÓNOMA	531 009,47 €	-25 343,23 €	177 402,48 €	-25 343,23 €	202 745,71 €
PINTURA DO EDIFÍCIO SEDE	10 000,00 €	-1 000,00 €	1 000,00 €	-1 000,00 €	2 000,00 €
PINTURA E OBRAS DO EDIF. LAR E RESID. AUTÓNOMA	10 000,00 €	-1 000,00 €	2 000,00 €	-1 000,00 €	3 000,00 €
ASSOCIATIVISMO (OBRAS E EQUIPAMENTOS DIV.)	13 871,82 €	-1 643,68 €	4 018,19 €	-1 641,99 €	5 661,87 €
ASSOCIATIVISMO 2021	3 487,05 €	-348,71 €	1 743,50 €	-348,71 €	2 092,21 €
ASSOCIATIVISMO 2023	12 166,79 €	-925,24 €	3 454,21 €	-2 842,91 €	4 379,45 €
ASSOCIATIVISMO 2024	20 000,00 €	-3 601,46 €	10 731,82 €	-5 666,72 € *	14 333,28 €
CONSTRUÇÃO MURO EXTERIOR LAR RESIDENCIAL	2 000,00 €	-200,00 €	1 800,00 €		
AQUISIÇÃO. VIAT. BT-93-SL	30 000,00 €	-7 500,00 €	22 500,00 €		
ASSOCIATIVISMO 2025	20 000,00 €	-5 655,44 € *	14 344,56 €		
ASSOCIATIVISMO 2026	20 000,00 €	-3 257,23 €	16 742,77 €		
OBRAS MELHORAMENTO LAR RESIDENCIAL	40 000,00 €	-3 269,97 €	36 730,03 €		
TOTAL IMPUTAÇÕES EXERCÍCIO	2 591 959,87 €	-84 004,58 €	1 053 476,30 €	-68 865,31 €	1 028 308,60 €
TOTAL CORREÇÕES		-2 827,72 €		-2 065,59 €	

* montantes alvo de correção

9

DOAÇÕES	MONTANTE DOADO	2025		2024	
		IMPUTAÇÕES	LÍQUIDO	IMPUTAÇÕES	LÍQUIDO
MUN. FARO - DIREITOS SUPERFÍCIE TERRENO	162 442,50 €	-3 248,85 €	100 714,35 €	-3 248,85 €	103 963,20 €
GASCAN - PROJETO "HIDROTERAPIA SEGURA"	15 000,00 €			-1 500,00 €	0,00 €
FUNDAÇÃO EDP - PROJETO "PLANTAR SORRISOS"	14 000,00 €			-1 400,00 €	0,00 €
BRISA - PROJETO "OS SETE SENTIDOS" + PINTURA EDIF.	22 000,00 €	-544,27 €	544,27 €	-544,27 €	1 088,54 €
TEORYMUNDI - RELVA ARTIFICIAL JARDIM SENSORIAL	20 404,99 €	-2 040,50 €	4 080,99 €	-2 040,50 €	6 121,49 €
FUNDAÇÃO ALTICE - LAB. COMUNIC. AUMENTATIVA	8 587,50 €	-1 226,30 €	1 229,70 €	-1 226,30 €	2 456,00 €
TEMPERSIMETRIA - CADEIRA DE BANHO LAR	2 500,00 €	-357,00 €	1 429,00 €	-357,00 €	1 786,00 €
VM REDES - REDE INFORMÁTICA EDIFÍCIO SEDE	1 000,00 €	-100,00 €	700,00 €	-100,00 €	800,00 €
VM REDES - INSTALAÇÃO ILUMINAÇÃO EMERGÊNCIA	1 906,50 €	-190,65 €	1 525,20 €	-190,65 €	1 715,85 €
ASSOC. PROMETO VIVER - 10 CADEIRAS DE RODAS	25 850,56 €	-3 691,46 €	18 467,64 €	-3 691,46 €	22 159,10 €
1/2 QUOTA DE 2 PRÉDIOS RÚSTICOS + 1 URBANO	30 771,18 €		30 771,18 €		30 771,18 €
TOTAL IMPUTAÇÕES EXERCÍCIO	304 463,23 €	-11 399,03 €	159 462,33 €	-14 299,03 €	170 861,36 €

22. Custos com o Pessoal

Neste exercício de 2025, existiram em média 107 colaboradores ao serviço. Os seus gastos associados e a comparação relativa ao exercício de 2024 encontram-se discriminados na tabela seguinte

RUBRICAS	2025	2024
REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	1 754 018,03 €	1 545 700,66 €
REMUNERAÇÕES MENSAIS	1 263 708,73 €	1 109 954,77 €
SUBSÍDIOS DE FÉRIAS / NATAL	224 555,49 €	200 716,00 €
DIUTURNIDADES	50 416,00 €	46 867,35 €
SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	133 524,00 €	125 364,00 €
SUBSÍDIO DE TURNO	35 545,99 €	32 566,91 €
OUTROS SUBSÍDIOS	42 214,22 €	26 087,95 €
OUTRAS	4 053,60 €	4 143,68 €
INDEMINIZAÇÕES	7 110,28 €	4 153,04 €
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	355 547,15 €	311 362,61 €
SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO	15 649,93 €	15 749,73 €
OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	9 390,36 €	7 550,67 €
TOTAL REMUNERAÇÕES E ENCARGOS	2 141 715,75 €	1 884 516,71 €



Também existiram em média 8 prestadores de serviços, que originaram um gasto total de 55 961,40 €.

23. Locações

A Instituição celebrou no exercício de em 2024, pelo período de 60 meses, um contrato de renting relativo ao aluguer de uma impressora/fotocopiadora/scanner multifunções. Não existe cláusula de opção de compra do equipamento no final do contrato.

As rendas mensais são contabilizadas como gastos do período pelo montante despendido.

24. Provisões

Não estão constituídas quaisquer provisões.

25. Outros Gastos

Os restantes gastos estão discriminados da seguinte forma:

RUBRICAS	2025	2024
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	429 829,23 €	388 800,65 €
SUBCONTRATOS	118 668,89 €	111 237,98 €
ALIMENTAÇÃO	110 710,63 €	103 498,54 €
OUTROS	7 958,26 €	7 739,44 €
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	142 598,66 €	85 505,10 €
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	20 870,03 €	12 735,82 €
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	8 886,45 €	7 700,12 €
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	1 602,92 €	1 516,44 €
HONORÁRIOS	55 621,40 €	24 375,10 €
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	53 968,69 €	38 034,12 €
OUTROS	1 649,17 €	1 143,50 €
MATERIAIS	18 057,33 €	11 903,69 €
ENERGIA E FLUIDOS	90 558,45 €	91 547,50 €
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	9 084,82 €	7 090,44 €
SERVIÇOS DIVERSOS	50 861,08 €	81 515,94 €
RENDAS E ALUGUERES	1 891,95 €	5 636,82 €
COMUNICAÇÃO	7 481,32 €	6 563,35 €
SEGUROS	7 391,92 €	7 304,89 €
LIMPEZA	29 117,41 €	57 443,08 €
OUTROS	4 978,48 €	4 567,80 €



RUBRICAS	2025	2024
OUTROS GASTOS E PERDAS	3 857,66 €	6 726,64 €
IMPOSTOS	1 224,45 €	227,93 €
SERVIÇOS DIVERSOS	2 633,21 €	6 498,71 €
CORREÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANT.	447,97 €	4 554,36 €
QUOTIZAÇÕES	1 741,94 €	1 519,45 €
OUTROS	443,30 €	424,90 €
JUROS E GASTOS SIMILARES	1 279,60 €	2 714,84 €
JUROS DE FINANCIAMENTO OBTIDOS	1 015,41 €	2 714,84 €
OUTROS	264,19 €	

26. Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da APPC-Faro não são remunerados e são compostos da seguinte forma:

- Direção (composto pela Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Secretária, três Vogais e dois Suplentes);
- Assembleia Geral (composto pelo Presidente e dois Secretários);
- Conselho Fiscal (composto pelo Presidente e dois Vogais).

Foram realizadas eleições para os Órgãos Sociais em dezembro de 2022 para o quadriénio 2023 – 2026, tendo ficado com a seguinte composição:

ÓRGÃO SOCIAL	NOME	FUNÇÃO
DIRECÇÃO	PAULO JORGE DE ALMEIDA GONÇALVES TEIXEIRA	PRESIDENTE
	ANA LUÍSA MOREIRA S. FERNANDES DE SOUSA	VICE - PRESIDENTE
	CARLOS MANUEL PERA NUNES	TESOUREIRO
	CIDÁLIA MARIA CARDOSO GUERREIRO	SECRETÁRIA
	JOSÉ JOAQUIM MARQUES ALVARELHÃO	VOGAL
	FILIPA INÊS MATIAS DE SOUSA	VOGAL
	CARLOS MANUEL DAS NEVES MIGUEL	VOGAL
	ESMERALDA MARIA DO VALE MOTA DOMINGOS	SUPLENTE
	MARIA MANUELA FERNANDES TEIXEIRA	SUPLENTE

ÓRGÃO SOCIAL	NOME	FUNÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL	CARLOS ALBERTO R. RODRIGUES	PRESIDENTE
	HERMÍNIA JESUS M. PINHEIRO	1º SECRETÁRIO
	CRISTINA ISABEL G. SOBRAL	2º SECRETÁRIO

ÓRGÃO SOCIAL	NOME	FUNÇÃO
CONSELHO FISCAL	JOSÉ MARIA DA CONCEIÇÃO	PRESIDENTE
	MANUEL MADEIRA GUERREIRO	VOGAL

27. Aplicação de Resultados do Exercício

As contas de 2025 foram aprovadas pela Direção em 23 de março de 2026, tendo sido deliberado a passagem dos resultados do ano para a conta de Resultados Transitados.

28. Situação Contributiva Regularizada

À data de fecho do Balanço, a Associação não apresentava dívidas ao estado em situação de mora.

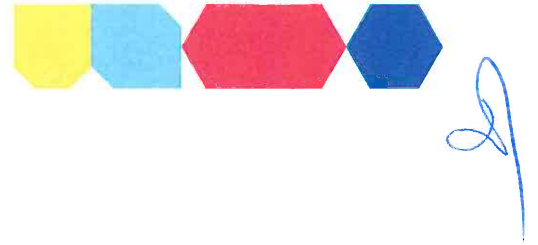
29. Acontecimentos Após a Data de Fecho do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2025, ou se registaram outros factos suscetíveis de mudar a situação relevada nas contas.

A Direção

Paula Teixeira
Ana Luísa Sousa
Carlos Manuel Pereira

O Contabilista Certificado



**PARECER
DO
CONSELHO FISCAL**

ANO DE 2025

Parecer do Conselho Fiscal

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso parecer sobre o Relatório e Contas da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro (doravante por "APPC") relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2025, cuja elaboração e apresentação é da responsabilidade e da competência da Direção da APPC (doravante denominada por "Direção").

No âmbito das nossas funções, acompanhamos a evolução da atividade da APPC, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido da Direção e dos serviços da APPC todas as informações e esclarecimentos solicitados.

Examinamos as demonstrações financeiras da APPC, que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 evidenciando um total de 1.824.002,91 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.488.905,05 euros, a Demonstração de Resultados por naturezas onde inclui um resultado líquido do período (negativo) de 55.107,69 euros e o Anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas relativo ao período findo. Sobre o resultado líquido do período (negativo) no valor de 55.107,69 euros, alertamos a Direção para ter contenção nas despesas a fim de este resultado não se manter para o ano de 2026e, se possível, o resultado líquido passe para positivo para bem da Associação.

Adicionalmente, analisamos o Relatório de Gestão do período de 2025, o qual inclui a proposta de aplicação do resultado líquido de período.

Em resultado da revisão legal de contas realizada por Galvão, Nunes, Tavares & Associados SROC - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2025, apreciamos o conteúdo da respetiva Certificação Legal de Contas, com uma opinião não modificativa (sem reservas) e sem ênfases.

De realçar que, não chegou ao nosso conhecimento qualquer situação material que desrespeitasse os Estatutos da APPC e/ou os preceitos legais aplicáveis.


Face ao exposto, o Conselho Fiscal (doravante designado por "CF") expressa o seu parecer favorável e aprova as contas de 2025, o respetivo relatório e recomenda à Assembleia Geral que:

1. Aprove os documentos de prestação de contas do período findo em 31 de dezembro de 2025, tal como foram apresentados pela Direção;
2. Aprove a aplicação do resultado líquido do período de 2025 proposta pela Direção.

Finalmente, o CF agradece à Direção, aos serviços da APPC e à Galvão, Nunes, Tavares & Associados SROC - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, responsável pela revisão legal de contas da entidade, toda a colaboração prestada no exercício das funções.

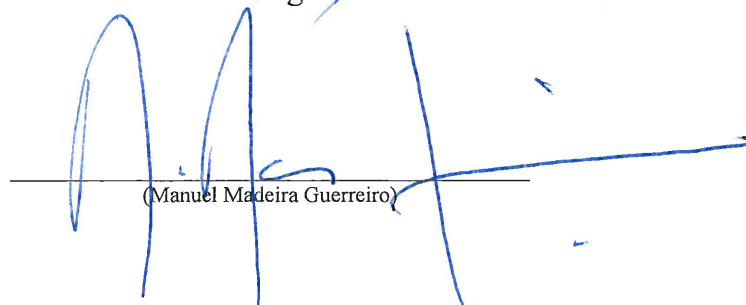
Faro, 30 de março de 2026

O Presidente



(José Maria da Conceição)

O Vogal



(Manuel Madeira Guerreiro)



& ASSOCIADOS
SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 1.824.003 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.488.905 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 55.108 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e as Demonstrações de Alterações nos Fundos Patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas .

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da direção e do Conselho Fiscal pelas demonstrações financeiras

A direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 14 62 10

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502.215.399 - Inscrito como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM



WWW.GNT-SROC.COM



**& ASSOCIADOS
SROC**

- avaliação da capacidade da associação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Associação.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 14 62 10

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrito como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM



WWW.GNT-SROC.COM



**& ASSOCIADOS
SROC**

baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Faro, 30 de março de 2026

Galvão, Nunes, Tavares & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

GALVÃO, NUNES, TAVARES & ASSOCIADOS, LDA
Constança Abecasis
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:
Constança Abecasis Galvão, ROC n.º 2044
SROC inscrita como auditor na CMVM sob o n.º 20161400
ROC inscrito como auditor na CMVM sob o n.º 20220026